



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA**

JULIANA LEIDE MARQUES BENTES BARRETO

**INDIVIDUAIS x COLETIVOS: DISPUTAS TERRITORIAIS E IDENTITÁRIAS EM
REPARTIMENTO DOS PILÕES, VALE DO VARI**

SANTARÉM-PA

2019

JULIANA LEIDE MARQUES BENTES BARRETO

**INDIVIDUAIS x COLETIVOS: DISPUTAS TERRITORIAIS E IDENTITÁRIAS EM
REPARTIMENTO DOS PILÕES, VALE DO JARI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Programa de Antropologia e Arqueologia,
da Universidade Federal do Oeste do Pará,
como requisito para obtenção do título de
bacharel em Antropologia.

Orientadora: Luciana Gonçalves de Carvalho

SANTARÉM-PA

2019

JULIANA LEIDE MARQUES BENTES BARRETO

**INDIVIDUAIS x COLETIVOS: DISPUTAS TERRITORIAIS E IDENTITÁRIAS EM
REPARTIMENTO DOS PILÕES, VALE DO JARI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Programa de Antropologia e Arqueologia para
obtenção do grau de Bacharel em Antropologia;
Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto
Ciências da Sociedade.

Conceito: 10,00

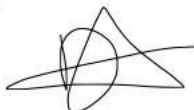
Data de aprovação: 13/12/2019



Profª. Dra. Luciana Gonçalves de Carvalho – Orientadora
Universidade Federal do Oeste do Pará



Profª. Dra. Lucybeth Arruda
Universidade Federal do Oeste do Pará



Prof. Dr. Diego Amoedo
Universidade Federal do Oeste do Pará



Prof. Dr. Rogério Almeida
Universidade Federal do Oeste do Pará

SANTARÉM-PA

2019

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/ UFOPA

B273i Barreto, Juliana Leide Marques Bentes
Individuais x coletivos: disputas territoriais e identitárias em repartimentos dos pilões,
Vale do Jari. / Juliana Leide Marques Bentes Barreto. – Santarém, 2019.
74 p.: il.
Inclui bibliografias.

Orientadora: Luciana Gonçalves de Carvalho
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará,
Instituto de Ciências da Sociedade, Curso Bacharelado em Antropologia.

1. Conflito socioambiental. 2. Disputa de terras. 3. Repartimentos dos pilões. I. Carva- lho,
Luciana Gonçalves de, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 307.2098115

À minha adorada mãe, que nunca mediu
esforços para que “nós” fôssemos possíveis;
Ao meu avô, que luta para que eu permaneça
em suas memórias já tão volúveis;
E a todas as pessoas que estão para além do
bem e do mal.

AGRADECIMENTOS

Começo por agradecer à minha mãe, Shirleide, por ter depositado em mim confiança e admiração pelos caminhos que percorri até então;

Agradeço aos meus irmãos, Onézimo e Diana por estarem sempre ao meu lado diante das decisões malucas, muitas vezes precipitadas, que eu tenho tomado em 22 anos de existência;

Agradeço à minha orientadora, Luciana Carvalho, pela confiança em mim depositada nesses anos de pesquisa e orientação, mesmo diante de tantas idas e vindas da minha parte. Gratidão pelos ensinamentos, conselhos, incentivos e pelo empenho à elaboração deste trabalho e tantos outros que já fizemos juntas;

Agradeço aos meus amigos: Henrique, pela companhia e conversas e principalmente por suportar eu falando de “antropologias” muitas horas do dia; e Leonardo, por todo o amparo e carinho que tem por mim, mesmo com a distância;

Agradeço às minhas amigas, que sem essa graduação, nossos caminhos não teriam se encontrado: Valentina, Solly, Vanessa, Laiane, Ana, Márcia, Missy, Kaki e Alice. Gratidão por todas as risadas, festas e PTs que eu tive ao lado de vocês. Em especial à Valentina, pois ela gostará de ler isto quando chegar o momento;

Agradeço aos comunitários de Repartimento dos Pilões, por terem permitido que este trabalho fosse hoje possível;

Agradeço aos professores do Programa de Antropologia e Arqueologia por todo conhecimento e experiências vivenciadas, em especial: Raiana, pelo suporte dado em momento tão crítico de minha vida, e Miguel, primeiro por Lévi-Strauss, e segundo, pela acessibilidade, orientação e confiança em mim depositada;

Agradeço aos examinadores da banca, pela disponibilidade e correções; Agradecimentos à minha família, em especial as minhas duas mães Dilma e Shirley;

Agradeço também à PROPPIT, por ter financiado parte desta pesquisa através do edital Pró-TCC lançado em 2018; e à PROEN, pelo edital de mobilidade acadêmica que me propiciou estar na Universidade de Brasília em 2019. Sabemos da importância que os deslocamentos exercem na nossa formação enquanto etnógrafos;

Por fim, agradeço a todas aquelas pessoas e instituições que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho buscou compreender processos sociais que têm contribuído para o acirramento dos conflitos agrários e socioambientais que, nos últimos anos, têm assolado diversas comunidades agroextrativistas no vale do Jari, em Almeirim, Pará. A pesquisa empreendida entre 2017 e 2019, em Repartimento dos Pilões □ comunidade local eleita para esta experiência etnográfica sobre conflito □ gerou descrições e deu suporte a reflexões antropológicas no intuito de revelar estratégias por meio das quais dois grupos em disputa constroem diferenciações, no plano do discurso e da prática social, para legitimar determinados modos de uso da terra e dos recursos naturais. Os moradores de Repartimento dos Pilões dividem-se em dois grupos que se opõem, autodefinidos como “individuais” e “coletivos”. Os resultados do trabalho sugerem que, no plano mais imediato, a divergência dos grupos funda-se em diferentes expectativas de direitos sobre a terra: enquanto os “individuais” esperam obter títulos particulares dos terrenos que ocupam para moradia e agricultura, os “coletivos” reivindicam o domínio sobre extensões de terra correspondentes a áreas de moradia e uso coletivo, sobretudo as florestas no entorno da sede da comunidade. Em outro plano, fica claro que, para além do estrito direito à terra e aos recursos naturais, cada grupo se autorrepresenta como sujeito de um modo de vida. Colocando-se ambos como sujeitos de direitos distintos sobre uma mesma área até então compartilhada, protagonizam um conflito que é emblemático das disputas ambientais e fundiárias instaladas no território amazônico.

Palavras-chave: Conflito socioambiental. Disputa de terras. Repartimento dos Pilões. Vale do Jari. Almeirim/PA.

ABSTRACT

This essay aimed to understand social processes that have contributed to the aggravation of agrarian and socioenvironmental conflicts that, in the last few years, have anguished several agricultural-extractive communities in the Jari valley, at Almeirim, Pará. The research conducted between 2017 and 2019, at Repartimento dos Pilões – the local community chosen for this ethnographic experience about conflict – gave birth to descriptions and further support of anthropological reflections intended to unveil strategies through which two quarreling groups build their differences, in both discourse plan and social practices, to legitimize certain ways to use the land and its natural resources. The residents of Repartimento dos Pilões are divided into two opposing groups, self-proclaimed as the “Individuals” and “Collectives”. The results of this research suggest that, in the most immediate ways, the difference between the groups is based in their differing expectations on how rights to this land should be handled: while the “Individuals” hope to seize private ownership of the land they occupy for living and agriculture, the “Collectives” demand control over extensions of land that correlate to areas set for residential and collective use, mainly forests in the vicinity of the community. It becomes very clear that, aside from rights to own the land and the natural resources contained within this land, each group is represented as an individual way of life. Establishing themselves as individuals with differing rights over land that was shared until then, leading a conflict that is a symbol of environmental and agrarian disputes in the Amazonian territory.

Keywords: Socioenvironmental conflict. Land dispute. Repartimento dos Pilões. Jari Valley. Almeirim/PA.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Viagem de volta do campo	12
Figura 2 - Em Monte Dourado há muitas empresas que compram castanha.	17
Figura 3- Ônibus que sai de Monte Dourado com destino à vila Munguba, levando os funcionários para a área da fábrica.	18
Figura 4 -Almeirim vista do Amazonas	19
Figura 5 - "Piratas" estacionados na "Beira".	20
Figura 6- Porto de Monte Dourado.	20
Figura 7 - A "Beira" é margem direita do rio Jari, do lado de Monte Dourado. São estacionadas as catraias que fazem a travessia de uma cidade para outra	27
Figura 8 - Mapa de Almeirim	28
Figura 9 - Vila de Monte Dourado. Note as casas em modelos norte-americanos	30
Figura 10 - Fábrica de celulose trafegando no oceano	32
Figura 11 - Imagens do Fábrica de Celulose e a usina de energia já em território amazônico	32
Figura 12 - Fábrica de Celulose vista do rio Jari	33
Figura 13 - Comércio e estacionamento de motos na "Beira".	34
Figura 14 -Vitoria do Jari, o "Beiradinho". Foi construída à frente das instalações da fábrica de celulose.	35
Figura 15 - Laranjal do Jari atualmente	36
Figura 16 - Estacionamento de bicicletas em Laranjal do Jari	36
Figura 17 -: Vista da "Beira" de Monte Dourado do rio Jari	38
Figura 18 - Muros erguidos! Eucalipto! Estrada que leva à comunidade Repartimento dos Pilões	43
Figura 19 - Castanheira, triste, castanheira. Castanheira nova, posando em meio ao eucalipto	43
Figura 20 - Placa indicando propriedade privada e grupo empresarial	44
Figura 21 -- No caminho do castanhal de Dinho: é possível avistar a área de habitações embaixo e a estrada que liga a Monte Dourado	44
Figura 22-Chegando em Repartimento. Entrada principal da comunidade. É possível visualizar algumas casas, árvores e, ao fundo, a plantação de eucalipto	45
Figura 23 -Campo de futebol	47
Figura 24- Casas da comunidade	47
Figura 25 - Depósito e cangalha	48
Figura 26 - Caixa d'água	49
Figura 27- Vista do barracão comunitário	50
Figura 28 -Família a caminho do castanhal.	51
Figura 29 - Ouriço e castanhas	56
Figura 30 - Caminhão da castanha. Na imagem, um extrativista está carregando o caminhão com as sacas de castanhas coletadas	56
Figura 31 - As pesquisadoras no caminhão da castanha. Da esquerda para direita: Seu Félix, Ana Paula e Railana.	57
Figura 32- Filho de Dinho na roça da família	60
Figura 33 - Preparo do chocolate com cacau da sua plantação	61

SUMÁRIO

1 PRÓLOGO	10
2 INTRODUÇÃO, OU: COMO SE FAZ UMA ETNÓGRAFA?	13
3 VALE DO JARI: CENÁRIO DE CONTRADIÇÕES E CONFLITOS	27
4 REPARTIMENTO DOS PILÕES: A VIDA ENTRE FLORESTAS DE CASTANHA E DE EUCALIPTO	41
4.1 Paisagem	42
4.2 Áreas de moradia	46
4.3 As áreas de trabalho e as atividades produtivas	50
5 O TERRITÓRIO DISPUTADO POR <i>INDIVIDUAIS</i> E <i>COLETIVOS</i>: CONFLITOS, DIFERENCIAÇÕES E ESPAÇOS	64
5.1 Os projetos em disputa	68
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS	73

1 PRÓLOGO

A descontinuidade é uma marca desta pesquisa, fonte inesgotável de dados, questões, reflexões e devires, propulsora de metamorfoses que me afetaram durante os dois anos e meio em que vivenciei o processo etnográfico em Repartimento dos Pilões. Nesse ínterim, vejo que me construo enquanto etnógrafa, pesquisadora, cientista, filósofa e, sobretudo, enquanto mulher, ou mais, mulher-antropóloga □ uma condição que é, muitas vezes, “arriscada”, como comentam Fleischer (2010), Cunha e Calaf (2010).¹

Contudo, não posso ainda assegurar que já me sinto preparada o suficiente para poder dizer a mim, ou a ti, leitor, ou até mesmo diante do espelho, que “posso agora ser antropóloga”. Oras, ainda estou aprendendo, e quanto mais ando pelos lugares, quanto mais me “enfio” nas leituras, quanto mais converso, mais escuto... Mais aprendo e, aprendendo, nesse fluxo perigoso, inconstante, mais eu mudo. Percebo-me diferente do que era, me flagro a entender tudo que já havia entendido de outra forma, agora de outro jeito... Fabrico um corpo que ouve – mesmo que nem sempre -, um corpo que fala, se expressa. Um corpo imagético também. Fabrico esse corpo que anda e que, sobretudo, se afeta (FAVRET-SAADA,2005). Um corpo cujo agora está suscetível às mudanças.

Nos quatro anos de vida acadêmica no curso de graduação em Antropologia, dois anos e meio deles dedicadas à pesquisa etnográfica, meu caminho entrecruzou-se com de pessoas diversas, incluindo aquelas que me receberam em seu território, em seu lugar de fala. Com tantas pessoas □ umas tantas que pude conhecer face a face, outras apenas nos livros □ eu me desconstruí e me reconstruí. Destruí muros, obstáculos, criei outros, vários... Daí a proximidade do prelúdio a este trabalho: tento, aos poucos, criar um terreno onde possa finalmente dizer o que concluí, caso eu tenha concluído algo, de fato. Afinal, trata-se de um trabalho de conclusão de curso. Quatro anos resumidos em um bocado de páginas: isso é possível? Arrisco-me a dizer que não. Mas me proponho a fazer com que, pelo menos, você, leitor, se sinta minimamente afetado, como eu fui.

O curso de Antropologia na Universidade Federal do Oeste do Pará me deu a oportunidade de estudar sete disciplinas teóricas, no mínimo, sendo cinco Teorias Antropológicas, incluindo a disciplina de Antropologias Contrahegemônicas, e duas Teorias Sociológicas. Inicialmente, com grande contragosto, estudei os clássicos. Perdi as contas de

¹ Soraya Fleischer realizou pesquisa no Pará, junto a uma família na qual se viu envolvida em situações recorrentes de violência contra a mulher. Por prestar apoio à vítima, passou a sofrer ameaças do marido dela. Anna Lúcia Cunha e Priscila Calaf fizeram pesquisa etnográfica em um cinema pornô em Brasília, majoritariamente frequentado por homens. As três relatam diferentes tipos de dificuldades enfrentadas na condição de mulheres em trabalho de campo em contextos marcadamente masculinizados

quantas vezes li e reli a introdução e as partes iniciais dos *Argonautas do Pacífico Ocidental*, de Malinowski (1978 [1922]), considerada um marco da antropologia moderna, na medida em que lhe instituiu a etnografia como padrão de discursividade (CLIFFORD, 2008; GEERTZ, 1978).

Embora tenha lido partes da referida obra muitas vezes, nunca me despertara, quanto ao seu autor, qualquer admiração. Porém, recentemente, tive que relê-la mais uma vez. Penso que poderia ter procurado um fichamento ou uma resenha produzidos anteriormente, mas me comprometi com a leitura. E, no maior clássico da antropologia, encontrei coisas novas, que eu não havia percebido nas leituras precedentes. Em um instante me perguntei se havia mudado algo na edição, editora, tradução... Não! Aconteceu, nesse momento, uma percepção de mudança... não da obra, mas em mim. Mudavam os olhares da leitora e, assim, entendi que um livro nunca será o mesmo em todos os tempos. E, claro, precisamos salvaguardar sempre os olhares críticos.

A leitura, assim como a escrita, precisa ser perigosa, subversiva, e ao mesmo tempo, contextualizada. A forma como lemos é um exercício de absorção, aprendizado e metamorfose. Nos últimos suspiros da graduação, tenho lido nossos autores clássicos, os modernos, os pós-modernos e os que apelidei de anti-modernos. Trata-se não mais de compreender *o quê* o autor ou autora estão querendo dizer-me, mas *por quê* estão querendo me dizer isso ou aquilo. Quais são as motivações por trás dos escritos? Quais são as expectativas, questões, problemas, contradições? O que há por trás de tantas palavras é, no fim das contas, um corpo, um ser humano, que, com motivações próprias, sentou-se em uma cadeira e esforçou-se para que *isso* fosse lido. Não obstante, a leitura precisa vir acompanhada de metamorfoses, de criação, de invenção, de sentimentos: raiva, horror, amor, admiração... O importante é que você nunca saia de um livro como entrou. Que seu mundo nunca seja o mesmo de antes, e que você, se permita mudar. E essa postura deve ser estendida ao campo da escrita. Escrever é inicialmente um ato de coragem, e coragem requer mudanças.

Todavia, é preciso lembrar que nem sempre ler/escrever é prazeroso. É também dor, decepção. É ter coragem de continuar. É um exercício de percepção do próprio corpo. Você se encontra a sós com sua própria ideia, voz, mãos, corpo, com a caneta que segura ou com as ferramentas com as quais digita, implicando sua subjetividade no ato, na escrita, no outro que, porventura, lerá o escrito. Escrever precisa vir acompanhado de sentimentos ambíguos. A escrita, tal como a leitura, pode levar a lugares desconhecidos, perigosos ou amenos, em suma, contraditórios. E é de contradições, sobretudo, que se trata nesta

etnografia.

Figura 1- Viagem de volta do campo



Fonte: Acervo Pepca/Ufopa

2 INTRODUÇÃO, OU: COMO SE FAZ UMA ETNÓGRAFA?²

Ao longo do curso de Antropologia, aprendi muito sobre etnografia, seus métodos e objetivos. Li etnógrafos clássicos, etnografias marcantes e até o que se performa através delas. Dos clássicos aos pós-modernos, é imprescindível destacar a centralidade máxima que nós, (futuros) antropólogos e antropólogas, conferimos ao ofício etnográfico. Nas próprias palavras de Mariza Peirano (2014, p. 380), “como todos sabemos, a etnografia é a ideia-mãe da antropologia, ou seja, não há antropologia sem pesquisa empírica”.³

E não há mesmo. Costumeiramente, eu e minhas colegas de graduação nos referimos à etnografia como “campo”. Não é trabalho de campo; é simplesmente “campo”. “Ter um campo” ou “fazer um campo” nos parecia um dos maiores feitos que poderíamos realizar durante o curso. Lógico, nossa crença era carregada de idealizações e dos nossos imaginários. Das inúmeras lembranças que guardo em meu palácio das memórias sobre o assunto “campo”, uma vem de uma das minhas amigas de turma. Ela estava entristecida por ser a única de nosso grupo que ainda não havia se “iniciado” na antropologia, pelo menos, não empiricamente. Sua tristeza era compreensível, afinal, a empiria nos caracteriza como antropólogas, é o chão que pisamos (PEIRANO, 2014).

Por falar em chão, empirismo, matéria, o meu primeiro “campo” aconteceu em meados de abril de 2017. Pelo que eu me lembre, estava no final do segundo semestre, realizando provas e trabalhos finais. Curiosamente, já estava praticamente reprovada na disciplina que, na época, era “Introdução à Etnografia”. Fui convidada pela professora Luciana Carvalho, atualmente minha orientadora, a participar de uma viagem para um lugar bastante longínquo, praticamente no estado do Amapá, sobre o qual tratarei mais adiante.

Eu não possuía bolsa de pesquisa, tampouco havia pesquisado algo na vida. Mas, enfim, eu “teria um campo”. E, *manas*, ter um campo era algo para se vangloriar entre as amigas, ainda mais no segundo semestre de curso! De fato, nós compartilhávamos idealizações e fantasias a respeito dessa experiência à qual todas desejávamos nos lançar. Imaginávamos as expedições de barco pelo rio Amazonas até a fronteira com o Amapá, com todas aquelas aventuras com as quais se inicia qualquer etnografia clássica. Quiçá

² Parafraseio Lévi-Strauss, fazendo referência ao capítulo 6 de sua obra *Tristes Trópicos*, publicada originalmente em francês, pela editora Plon, em 1955.

³ Artigo para conferência proferida nas comemorações dos 40 Anos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS, em 12 de março de 2014.

nessa viagem de campo eu não encontraria “meu” próprio *kula*,⁴ ou sei lá, uma briga de galos⁵ que me sugerissem epifanias teóricas originais.

Não encontrei nada semelhante aos achados de Malinowski e Geertz. Não havia *kula*, não havia briga de galos. Entretanto, com certeza havia luta, nos muitos sentidos que essa palavra pode assumir de acordo com os contextos em que é usada. Como já assinalou Comerford (1999), luta é um termo polissêmico amplamente usado em contextos camponeses para se referir: a) ao cotidiano de trabalho, privação e sofrimento da população rural; b) aos conflitos travados entre camponeses e grandes proprietários, envolvendo eventos de mobilizações coletivas, disputas e até mesmo violência física; c) à atuação de líderes comunitários sindicais nos planos jurídico e político em defesa da categoria que representam.

De fato, no “meu campo” havia muitas lutas escancaradas na fala das pessoas, nos lugares, nos contrastes. Não *havia*, há. Há pessoas que lutam diariamente para ter o direito de habitar um lugar no mundo. Luta pelo que *ser*. Luta para *ter*. Luta para exercer poder. Luta para não ser esmagado por outros poderes. Em meio a tantas lutas, havia a minha própria luta. Tudo que eu havia idealizado se quebrava em pedaços diante de meus próprios olhos, do meu corpo. O choque de realidade com que me deparei, no mais íntimo do meu ser, mal me deu tempo para a adaptação. Não era como se fosse algo ruim nem bom, era simplesmente diferente. Cansativo. Não que eu tivesse suposto que seria fácil; eu sabia que sair do conforto da minha cadeira em sala de aula seria desafiador. Eu só não imaginava o quanto...

O trabalho de campo se deu em uma comunidade agroextrativista no vale do Jari, designada pelo nome sugestivo de Repartimento dos Pilões, que, a meu ver, reforça a ideia de uma comunidade *partida* ou *re-partida*. De fato, ela está envolvida em acirrados conflitos internos que, por sua vez, se relacionam a um conflito maior, travado com um dos mais eminentes grupos empresariais atuantes na região, o Grupo Jari, dedicado à produção de celulose para exportação. Esses conflitos se traduzem em muitas lutas, como já alegado, as quais se passam nos planos fundiário e ambiental, principalmente, e envolvem também o Estado e organizações não governamentais, além da comunidade e da empresa.

Em suma, Repartimento dos Pilões está inserida em uma rede histórica de conflitos típicos dessa área da divisa entre os estados do Pará e Amapá (FOLHES; CAMARGO, 2013; CAMARGO, 2015). No plano interno, que mais de perto pude vivenciar

⁴ Sistema de trocas de bens materiais e imaterial que Malinowski (1922) analisou, revelando uma das principais instituições sociais entre os ilhéus do Pacífico Ocidental.

⁵ A briga de galos foi analisada por Geertz (1978) como um fenômeno central da vida social em Bali, a partir do qual ele produziu uma interpretação envolvente da cultura balinesa.

no “meu campo”, confrontam-se dois grupos autodefinidos como *individuais* e *coletivos*, os quais exprimem diferentes territorialidades e demarcam dois polos de oposição, *repartindo* a comunidade.

Os embates intracomunitários, portanto, regem toda a rede de relações e alianças existentes na localidade. Quando estive “em campo”, eles foram sempre o assunto principal, o mais comentado e narrado pelos moradores em geral como a luta entre *individuais* e *coletivos*. Porém, não me permiti perder de vista que tais embates são, também, a face de um conflito com o Estado e com a empresa, agentes igualmente causadores da tensão que circunda a comunidade de Repartimento dos Pilões □ ora chamada simplesmente Repartimento, ora Pilões.

A comunidade está literalmente situada entre florestas muito contrastantes. De um lado, uma floresta de eucalipto, gigantesca, a perder-se de vista. Do outro, a floresta de vegetação nativa e heterogênea, na qual se destaca, pelo seu valor alimentar, comercial, simbólico e cultural, a *Bertholletia excelsa*, conhecida popularmente como castanheira, castanha-do-pará ou castanha-do-brasil. De seus frutos vive a maioria da população agroextrativista do vale do Jari, incluindo os *coletivos* de Repartimento dos Pilões. Mas, por outro lado, há quem encontre a ocupação principal nas florestas de eucalipto ou nas instalações da Jari.

Figura 2 - Em Monte Dourado há muitas empresas que compram castanha.



Fonte: Acervo Pepca/Ufopa

Figura 3- Ônibus que sai de Monte Dourado com destino à vila Munguba, levando os funcionários para a área da fábrica.



Fonte: Acervo Malenna Farias

Com efeito, todo o Vale do Jari é caracterizado por contrastes marcantes que vão desde as culturas plantadas até os processos produtivos, que envolvem diferentes modalidades de trabalho, moradia/alojamento, modos de vida. É impossível visitar qualquer lugar do vale sem se sentir minimamente impactado por suas diferentes nuances. A configuração social da região inclui uma grande diversidade étnica (de nativos a migrantes nordestinos e sulistas) que se faz acompanhar de modos de produção completamente diferentes: desde o tradicional extrativismo de recursos naturais, praticado por parte da população rural, até o complexo agroindustrial de plantação de eucalipto para produção de celulose em grande escala.

No mais, para se chegar a esse complexo e multifacetado vale, basta pegar um barco que sai diariamente de Santarém, navegando através do rio Amazonas. Descobri isso na primeira viagem ao destino do tão esperado “campo”. O barco para em Monte Alegre, Prainha e, depois de cerca de 18 horas, finalmente, aporta na cidade de Almeirim, na margem esquerda do rio Amazonas.

Figura 4 -Almeirim vista do Amazonas



Fonte: Acervo Pepca/Ufopa

Vale assinalar que Almeirim é um dos maiores municípios do Pará, e os conflitos se dispersam em sua grande extensão territorial, variando em certos aspectos conforme a localidade, mas tendo, quase invariavelmente, a questão do acesso à terra e recursos naturais em seu epicentro (FOLHES; CAMARGO, 2013; CAMARGO, 2015). Os conflitos aqui elencados se concentram no Distrito de Monte Dourado, para onde nos deslocamos tão logo desembarcamos na cidade de Almeirim.

Poderíamos ter ido até Monte Dourado por via fluvial, pois há embarcações que saem de Santarém com esse destino. Porém, o tempo de viagem quase dobra em relação à viagem até Almeirim. Logo, preferimos chegar a Monte Dourado por via terrestre. Saindo da sede municipal para o distrito enfrenta-se no mínimo mais cinco horas de viagem por uma estrada de piçarra.

O percurso pode ser feito de duas formas: de vans, das quais compramos a passagem no porto de Almeirim, ou através de carros particulares. Com essa facilidade, os deslocamentos Almeirim-Monte Dourado são constantes entre os moradores dessa região. Há vans praticamente todos os dias, exceto domingos, e muitos carros disponíveis para frete, os quais são popularmente chamados de “piratas”. Nunca me veio a calhar o porquê dessa denominação, mas normalmente, com os “piratas” se pode vir a ter viagem particular e ter também, melhor flexibilidade na escolha de um horário para partidas.

Figura 5 - "Piratas" estacionados na "Beira".



Fonte: Acervo Pepca/Ufopa

Das vezes que eu fui para Monte Dourado, sempre coincidiu com os períodos chuvosos. Convém dizer aqui que não se trata de uma experiência das mais satisfatórias... A estrada de piçarra durante o inverno amazônico fica completamente barrenta, lamacenta, senão alagada e intrafegável. Bom, intrafegável não, já que trafegamos. Mas fica nesse limiar. A estrada é lisa e sujeita a atolamentos, acidentes, entre outras situações adversas. E é bastante cansativo também.

Figura 6- Porto de Monte Dourado.



Fonte: Acervo Pepca/Ufopa

Outro elemento importante a ser destacado é o cenário que se observa através desses deslocamentos. A paisagem é marcada por corredores de árvores de eucalipto, causa do grande desmatamento na região que amplifica o desconforto da viagem. Tais

corredores de eucalipto homogeneízam a paisagem e congestionam os sentidos. Os olhos ficam embotados.

O destino é a comunidade Repartimento dos Pilões, a 63 quilômetros de Monte Dourado. Desde o centro urbano do distrito até a comunidade, o percurso ainda se faz por via terrestre, em uma estrada igualmente ruim. Após duas ou três horas de viagem, chega-se enfim, aonde queremos chegar... o tão sonhado “campo”.

Algum tempo depois eu descobri que o campo se inicia bem antes de se chegar ao lugar onde empreendemos uma pesquisa. Entendi que, na realidade, “campo” é bem mais complexo e dificultoso que todo esse deslocamento. “Campo” é apenas uma abstração simplificadora do que é, de fato, uma pesquisa etnográfica. “Ter um “campo” é mais que “ter” onde pesquisar. Ter um campo implica em estabelecer relações, contato físico, contato emocional, deslocamentos não apenas físicos; implica teoria, escrita. E mais: é preciso ter noção que a sua presença afeta o ambiente ao seu redor, afeta as pessoas com quem conversa. Você coloca, querendo ou não, expectativas nas pessoas com quem se dirige. Estamos realizando trocas contínuas. Afetando um ao outro, a todo momento. “Ter um campo”, então, não é uma expressão para designar algo que possuímos, mas algo que cultivamos.

Entre possuir e cultivar há uma grande diferença, apesar de, às vezes, ela nos parecer tênue. O *ter* inicial, idealizado, aparece agora como visagem,⁶ assusta. Antes, parecia-me como se, assim que chegássemos ao “campo”, as relações já estariam ali, pré-estabelecidas, apenas para nos apoderarmos delas. Essa expectativa carregava um grau bastante elevado de presunção...

Fazer um trabalho de campo requer construir relações com os interlocutores. Essas relações não são dadas, estáveis e nem sempre são boas. Com efeito, muitas vezes as portas se fecham □ como se fechariam para mim em Repartimento dos Pilões. Mas, não há pesquisa etnográfica se não se construir uma relação em um processo bidirecional. “Ter um campo” □ como se se tratasse de um objeto, passível de ser descoberto, explorado, interpretado □ até parece fácil, mas não quer dizer nada fora das relações e interações efetivamente elaboradas em campo.

Como já deve estar claro ao leitor, minha experiência etnográfica tem sido bastante marcada por questionamentos e tensões. Não só as minhas tensões diante das questões etnográficas, mas também aquelas que mobilizam dois grupos em situações de rivalidade dentro da mesma comunidade: os *individuais* e os *coletivos* de Repartimento dos

⁶ Termo regional que designa uma espécie de assombração.

Pilões.

À primeira vista, a rivalidade se ancora em diferentes perspectivas quanto ao território que ocupam, as quais se traduzem na luta por efetivar duas modalidades distintas de regularização fundiária. De um lado, o grupo autodefinido como *coletivos* se reconhece como uma comunidade tradicional e se mobiliza em prol da garantia da terra coletiva por meio da proposta de criação de uma Reserva Extrativista (Resex). De outro lado, o grupo autodenominado *individuais*, identificando-se como produtores rurais, almeja títulos de propriedade privada dos lotes de terra que ocupam.

É certo que os dois grupos apresentam modos de viver e se relacionar com o território □ incluindo a terra para plantar, as florestas, os cursos d'água e outros recursos naturais □ bastante diferentes um do outro. Os *coletivos* se apresentam essencialmente como castanheiros, isto é, extrativistas de castanha, e grande parte das suas atividades econômicas é programada de acordo com a safra da castanha. *Individuais*, por sua vez são pequenos agricultores e seus modos de vida têm relação íntima com a roça, os cultivares e a feira.

Detalhes sobre as formas de diferenciação entre *individuais* e *coletivos* estão reservados aos próximos capítulos desta monografia. O importante, agora, é fundamentalmente ilustrar parte do cenário com o qual me deparei desde o meu primeiro trabalho de campo, em 2017. A disputa entre os dois grupos tornou-se cada vez mais problemática com o passar dos anos. Sendo os *coletivos* evangélicos, e os *individuais* católicos, já compartilhavam poucos momentos especiais de sociabilidade, a exemplo de festividades. Porém, pouco tempo após a instauração da ruptura em relação às expectativas quanto ao território, passaram até a evitar frequentar e conviver nos mesmos lugares. Deixaram de jogar bola no mesmo campo de futebol, assim como de participar de reuniões conjuntas, cada qual realizando a “sua” reunião comunitária. Aliás, chegaram a pensar em dividir-se em duas comunidades.

Com o empenho pela criação da Resex, os *coletivos* acabaram mobilizando ONGs, jornalistas, instituições estatais... e antropólogos. Então, diante de uma sucessão de visitas e reuniões promovidas por ou com esses agentes externos na comunidade, os *individuais* passaram a não mais participar dos eventos programados pelos *coletivos*. E mais: não queriam se relacionar com quem quer que viesse através deles. É aí que entramos.

Quando fomos para Repartimento dos Pilões, éramos cinco mulheres. O objetivo dessa equipe liderada por Luciana era realizar uma série de entrevistas com os comunitários e elaborar um relatório para uma possível publicação sobre a comunidade em questão. Para o trabalho, separamo-nos em duas duplas, e Luciana dava cobertura a cada dupla em diferentes

horários. As entrevistas eram bem simples: aplicávamos um formulário de dados socioeconômicos visando a obter informações bem amplas e fazíamos perguntas sobre os modos de produção e o calendário produtivo junto aos entrevistados. Com aqueles que se mostrassem dispostos a conversar mais conosco, era marcada outra entrevista mais aprofundada.⁷

Acontece que toda a articulação de visita, hospedagem e até transporte se deu por intermédio de uma moradora que era a vice-presidente da associação de moradores da comunidade na época. Um detalhe: essa associação representa os *coletivos*, enquanto os *individuais* se veem representados por outra organização. Logo, eu e minha companheira de dupla, Railana, que ficamos incumbidas de fazer entrevistas com os *individuais*, tivemos uma meia dúzia – ou mais – de portas batidas na cara.

Foi assim que eu passei a “ter um campo” e, ao mesmo tempo, não tinha nada. De fato, essa minha primeira definição de campo veio a ser uma das piores possíveis. Não se faz campo, entrevista, seja lá o que for, sem que aquela figura que possa *vir a ser* um interlocutor não esteja disposta a lhe dar qualquer atenção, cumprimento, muito menos depoimento. Não havia relação estabelecida.

Essa não-relação refletiu-se, posteriormente, em minha desistência de dar sequência à pesquisa. A dificuldade de me relacionar com as pessoas em campo, a distância do lugar e o clima conflituoso que ali havia me encheram de desesperança. Resignada, não via saída para o trabalho, nem para fazer um TCC. Então, para piorar minha situação, começara a disciplina de Métodos e Técnicas em Antropologia Social, que, em resumo, implica elaborar o pré-projeto de pesquisa para TCC.

Pré-projeto é uma peça cheia de visagens. “Defina seu tema”. “Defina seu objeto”. “Delimite seu problema de pesquisa”. “Objetivos”. De fato, assombroso, mas, mais assombroso era conviver com o fato de eu estar insatisfeita com minha pesquisa em Repartimento dos Pilões. Ora, eu já estava há praticamente um ano inteiro com bolsa de iniciação científica. Organizei e sistematizei os dados obtidos em campo, li alguma coisa nesse meio tempo, sem dúvida. Escrevi uma porção de relatos etnográficos para a publicação sobre a comunidade □ que, aliás, de forma desventurada, nem foi possível porque os moradores não se viam como *uma* comunidade □, mas, mesmo assim, eu estava impaciente. A despeito de ter me dedicado quase um ano à pesquisa, eu pensei não ter tido nada. E quão enganada eu estava...

Numa dessas aulas de métodos e técnicas, a atividade era definir o tema. Isso eu

⁷ As referências das entrevistas utilizadas neste trabalho são omitidas para preservar o anonimato dos moradores que compartilharam conosco suas impressões.

sabia bem: conflito socioambiental! A outra fase era mais difícil. Definir um objeto de pesquisa, sendo que esse objeto deve estar relacionado diretamente com o problema. E o problema com a hipótese... e tudo, então, se misturava. Complicou-se. Isso de pensar em problemas... Eu estava há um ano na pesquisa e não me passava sequer um probleminha. O próprio conflito já é “um baita de um problema”, pensei comigo própria. No entanto, o problema que me exigiam era aquele que residia na cabeça do pesquisador. Minha orientadora me disse: “As coisas estão simplesmente acontecendo, é o pesquisador que inventa o problema”.

Fracassei de cara na minha questão de pesquisa. Impaciente com meu próprio tempo e processo de aprendizado, sem esperar muito, resolvi abandonar a pesquisa em Repartimento dos Pilões. Queria ficar longe de problemas (risos). Porém, aprendi a inventar indagações teóricas após a inserção em outro trabalho de campo. Como bem lembrado por Malinowski (*apud* PEIRANO, 2014, p. 385), novas pesquisas levam à “transformação do ponto de vista teórico”.

Pouquíssimo tempo depois dessas decisões, chegara a hora de escrever o relatório do Pibic. Lá fui eu voltar a Repartimento dos Pilões. E produzindo relatório, com suporte teórico, apareceram inúmeras questões... Questões que já eram por mim “inventadas”. Animei-me de novo com a pesquisa. Voltei a desanimar após um tempo. E voltei a animar de novo. E assim descobri a descontinuidade do *vir a ser* pesquisador. E que “campo” do antropólogo/a pode até significar *ir* a algum lugar, mas é também leitura. E no mais, escrita. O “campo” é etnografia. Não *temos* etnografia, nós *fabricamos* etnografias.

Agora me parece difícil estar diante de uma situação qualquer e não vir à cabeça uma série de indagações. Parece difícil assistir a uma série de televisão sem me questionar sobre algum acontecimento, sem relacionar uma cena com alguma leitura. Às vezes me flagro pensando: “Isso daria uma pesquisa bem interessante”. “Isso me faz lembrar de Foucault”... Aproveito esses gatilhos, incômodos teóricos-etnográficos que aparecem com constância na minha cabeça, para me remeter a Lévi-Strauss (1955, p. 152), em seus *Tristes Trópicos*, ao se referir ao etnógrafo:

Suas condições de vida e de trabalho o isolam fisicamente de seu grupo por longos períodos, pela brutalidade das mudanças a que se expõe, ele adquire uma espécie de desarraigamento crônico: nunca mais se sentirá em casa, em lugar nenhum, permanecerá psicologicamente mutilado.

Fazer-se etnógrafo, sem dúvida, implicará nessa “mutilação psicológica” uma hora ou outra. Levando em consideração que a etnografia é um empreendimento teórico, o isolamento físico mencionado por Lévi-Strauss não decorre apenas das viagens e expedições

que nós, etnógrafos, realizamos quando vamos a campo. Esse isolamento permeia todo o processo etnográfico: o estudo teórico, o trabalho empírico e a escrita □ essa é a tríade que nos isola.

Como afirmei no prólogo destes escritos, a pesquisa etnográfica é propulsora de devires. Ao investir nela, passamos por uma grande exposição a mudanças, mudanças brutas, sim, que vêm de todas as direções, incluindo a leitura e a escrita, fazendo-nos habitar em um limite. Vivendo nesse limite, é como me fiz etnógrafa. Aprendi (estou aprendendo) a ler com outros olhares, reinventado tudo que já sabia, me expondo às mudanças que uma leitura pode proporcionar; tento encarar esse autor ou autora como ser humano igual a mim; deixo-me afetar pelo novo, pelo diferente. Tento escrever com liberdade de modo que eu nem perceba o esforço físico do ato, arrisco a me desprender dos manuais que me impedem de me expressar como sou. Quero escrever com coragem, sem vergonha ou medo de perceber que, nesse processo todo, eu mudei. Etnografar é ser subversivo, de certo modo. É estar, continuamente, impedindo a mim própria de me se sentir em casa de novo.

Foi assim, subvertendo inclusive meus desejos, que nunca mais consegui sair de Repartimento dos Pilões, mesmo que me afastasse desse lugar por vezes ao longo da trajetória de pesquisa. E é assim que chego ao final deste Trabalho de Conclusão de Curso, que, afinal, versa sobre conflitos vividos naquela comunidade, com o objetivo de elencar os principais discursos envolvidos para a manutenção ou não das contendas, a fim de analisar quais poderes simbólicos estão imbricados durante os processos de diferenciação dos grupos. Os objetivos específicos, por fim, são de contextualizar historicamente o vale do Jari e caracterizar a comunidade. O texto que apresento não contempla, evidentemente, tudo que vi, vivi, senti, pensei e questioneei em relação ao “meu campo”. Foram cerca de 30 meses em que mantive algum tipo de contato com a comunidade e algumas pessoas de lá.

Do ponto de vista mais estrito da etnografia, meu trabalho de campo se dividiu em duas etapas: a primeira, já relatada, realizada em 2016; a segunda, realizada em fevereiro de 2019, quando não cheguei a ir até a comunidade □ em função de várias dificuldades já apontadas □, optando por permanecer entre a cidade de Almeirim e área urbana de Monte Dourado, de onde também me desloquei algumas vezes até Laranjal do Jari, do outro lado do rio que separa Amapá e Pará.

Nessa segunda ida “a campo”, priorizei conhecer melhor o contexto da região onde fica Repartimento. Essa opção, embora tenha a desvantagem de não permitir aprofundar investigações na própria comunidade, permitiu enfocar o entorno dela, ver parte das instalações industriais da Jari, observar o funcionamento de uma *company town* no

interior da Amazônia e, afinal, entender melhor o processo que leva à substituição da floresta e dos modos de vida nativos por eucaliptos e lógicas exógenas.

O resultado das minhas investidas é apresentado neste trabalho, dividido em quatro capítulos, incluindo esta introdução e considerações finais. O capítulo 3 tem intuito de contextualizar historicamente e espacialmente o leitor no lugar cujo a pesquisa fora realizada, o vale do Jari. Procuro, através da pesquisa histórica e da memória coletiva e individual dos interlocutores que conversei, traçar linhas que nos levam às supostas gênesis do conflito socioambiental, agrário e fundiário o qual se situou parte da pesquisa.

O capítulo subsequente é caráter descritivo, o qual, trago o esforço de caracterizar a comunidade Repartimento dos Pilões, os espaços, paisagens, atores, ambientes. Tal capítulo resulta de dados sistematizados desde 2017-2018, trabalhados no âmbito da bolsa de iniciação científica, o objetivo era produzir um livreto sobre a comunidade em questão, mas por questões de força maior, ainda não foram possíveis. Vale ressaltar que parte desses dados advieram do trabalho de campo realizado na comunidade, em meados de abril de 2017.

O capítulo 5, intitulado “O território disputado por *individuais* e *coletivos* tem como objetivo maior analisar as nuances do conflito comunitário, relacionando-os com os espaços que são disputados dentro do território. Nos mais, procuro acionar as perspectivas dos atores em disputa, bem como suas expectativas sobre a terra, o direito, e sobretudo, sobre seu contrário, além de quais motivações estão implícitas e explícitas para a manutenção (ou não) do conflito.

3 VALE DO JARI: CENÁRIO DE CONTRADIÇÕES E CONFLITOS

Figura 7 - A "Beira" é margem direita do rio Jari, do lado de Monte Dourado. São estacionadas as catraias que fazem a travessia de uma cidade para outra

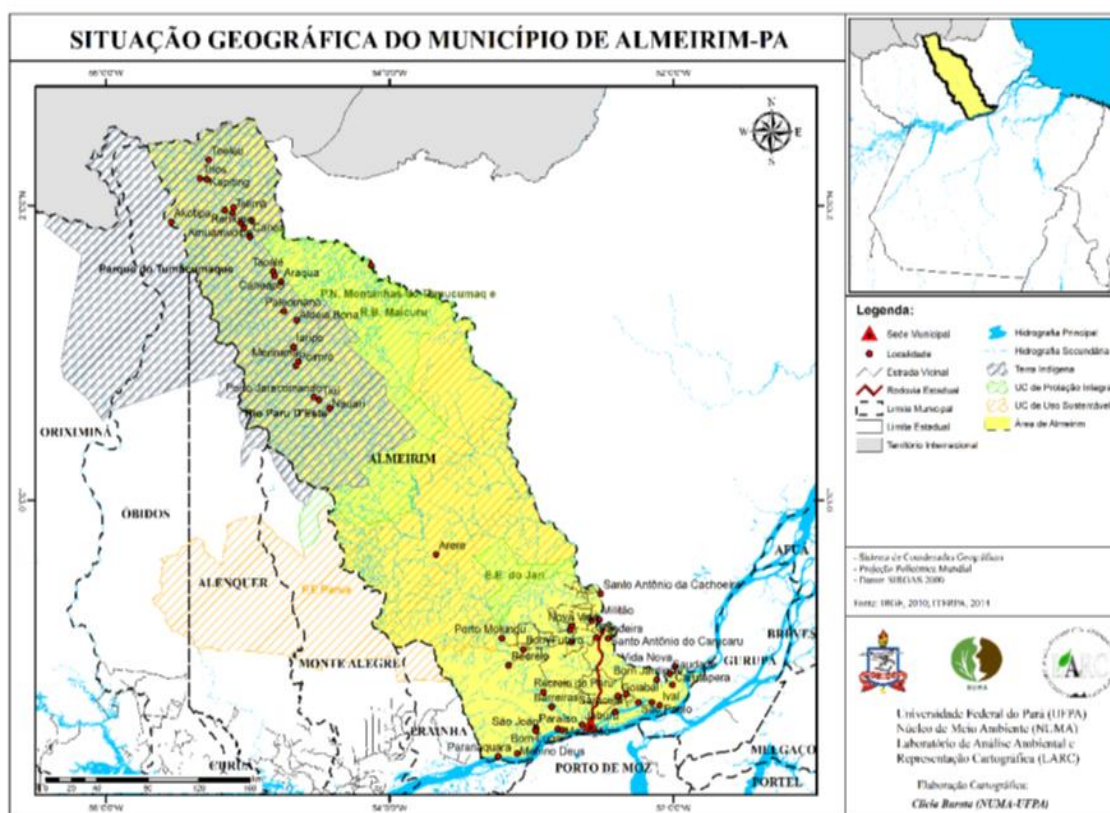


Fonte: Acervo Pepca/Ufopa

Para entender a situação conflituosa vivenciada em Repartimento dos Pilões, é necessário aludir ao contexto mais abrangente em que diversas comunidades rurais se encontram, no Vale do Jari, região fronteira entre os estados do Pará e do Amapá. Este capítulo, portanto, tem o objetivo de familiarizar minimamente o leitor com alguns dos principais aspectos históricos e econômicos que sobressaem na ocupação social do Vale do Jari e, de maneira geral, do município de Almeirim.

Localizado na margem esquerda do rio Amazonas, o município de Almeirim apresenta um território vasto de 72.954,798 km², sendo um dos maiores do estado do Pará, ficando atrás apenas de Altamira e Oriximiná.

Figura 8 - Mapa de Almeirim



Fonte: UFPA

Grande parte do seu território corresponde a áreas protegidas que incidem, também, em municípios vizinhos. São duas Unidades de Conservação (UC) de Proteção Integral □ a Reserva Biológica Maicuru e a Estação Ecológica do Jari □, uma UC de Uso Sustentável □ a Floresta Estadual do Paru □ e duas Terras Indígenas □ Rio Paru d’Este e Tumucumaque. Em conjunto com outras UC e à TI das Guianas e estado do Amapá e Amazonas, constituem o “maior bloco contínuo de florestas tropicais protegidas do planeta” (IFT, 2010, p. 17).

Segundo Farias (2018), esses dados são importantes na medida em que qualificam Almeirim como uma localidade de disputas territoriais aliadas a interesses geopolíticos, desde sua constituição como município. A terra é requerida para a produção de bens industriais a partir da monocultura do eucalipto; para moradia e trabalho de inúmeras comunidades tradicionais e migrantes; e, mais recentemente, com as preocupações ambientalistas, para a proteção ambiental, tornando-se foco de intenso conflito fundiário, social e ambiental.

A porção oriental do município de Almeirim integra a região popularmente conhecida como Vale do Jari, que corresponde mais especificamente à extensão territorial

próxima à fronteira dos estados do Pará e Amapá, separados pelo rio Jari, um curso de água que deságua no rio Amazonas. Essa região, entre os fins do século XIX e princípios do século XXI, apresentou um processo histórico de ocupação marcado por intensas modalidades de apossamento territorial, incluindo grilagem de terras para a introdução de sistemas produtivos característicos da indústria extrativa e agropecuária, além da monocultura e produção de celulose.

O extrativismo tradicional de gêneros florestais no município de Almeirim, especificamente no vale do Jari, teve seu ciclo de exploração acentuado no fim do século XIX, atraindo a migração de contingentes populacionais advindos principalmente do nordeste brasileiro. Essa época foi marcada, sobretudo, pela figura do cearense José Júlio de Andrade.

Referido comumente como “coronel”, José Júlio chegou a possuir uma área de 16 mil km² e a centralizar, na condição de patrão aviador, a exploração de castanha, borracha, balata e da agropecuária até fins da década de 1940 (LINS, 2001). Seus títulos de terras eram garantidos pelos governadores da época, em troca de votos sob circunstâncias de fraudes, tanto nas eleições quanto nas documentações dos cartórios da região. Segundo Lucio Flavio Pinto (1986, p.16), o “coronel”:

Levava de Belém atas e eleições e as preenchia em Arumanduba, em nome de todos os eleitores, em favor do candidato político que apoiava. Em troca, os políticos lhe concediam títulos de posse e protegiam manobras de cartório para a incorporação de terras alheias.

Em 1948, suas terras foram repassadas para um grupo de portugueses que passaram a dominar o mercado local, mantendo os extrativistas sob o sistema de trabalho baseado no aviamento (ARAMBURU, 1994). Como os padrões definiam os preços do que compravam e vendiam, respectivamente a preços mais baixos e mais altos que o normal, “os extrativistas não podiam pagar e ficavam sempre endividados” (GREISSING, 2011, p. 47).

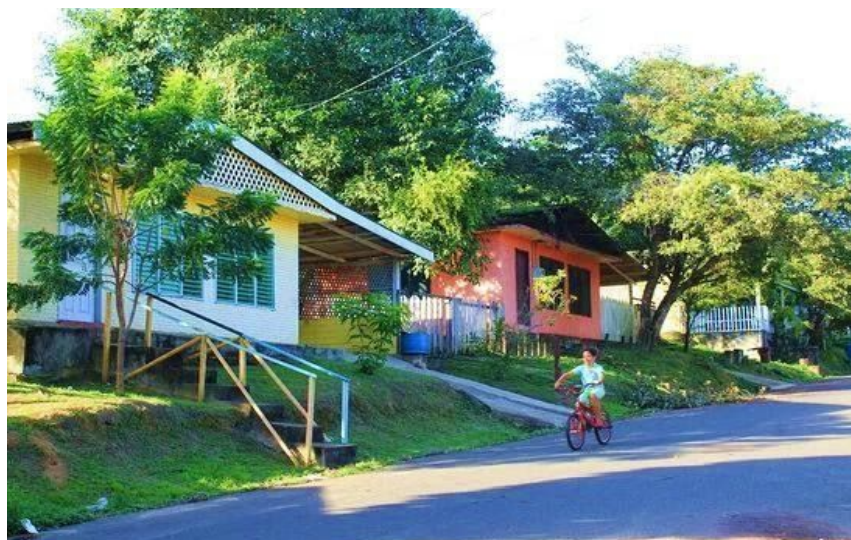
Eles também criaram três empresas: Jari Indústria e Comércio, Companhia Industrial do Amapá e Companhia de Navegação Jari S/A. Porém, não obtendo os lucros almejados, acumularam dívidas e, em 1967, venderam o empreendimento para o norte-americano Daniel Keith Ludwig.

Com forte apoio do governo militar brasileiro, Ludwig chegou a ocupar 1,3 milhões de hectares, área que foi considerada como o “maior latifúndio do mundo”. Latifúndio esse destinado à implantação de um ambicioso e complexo empreendimento agroindustrial, que acarretou transformações socioeconômicas e políticas significativas em toda a região de fronteira entre os estados do Pará e do Amapá.

O audacioso empreendimento foi denominado Projeto Jari, e, inicialmente, incluía portos, rodovias, ferrovia, aeroporto, termelétrica, uma *company town*, além de um audacioso plano de implantação da agroindústria da celulose na floresta amazônica. O empreendimento de Ludwig teve início, efetivamente, em 1967, com a inauguração da “capital” do projeto, a *company town* denominada Monte Dourado.

Monte Dourado foi apresentada, em uma propaganda da época, como a “sede de comando de todas as operações”, por causa de sua localização estratégica. A propaganda também informava que a “cidade foi edificada em quatro anos, e sua construção não para”. Dela dizia ter “tudo que é indispensável à vida de uma cidade”. Com efeito, erigida em modelo norte-americano, a cidade de Monte Dourado contava com residências, restaurantes, escolas, bancos, igreja, supermercados, hospital, oficinas, escritórios, fábricas, piscinas, clubes, matadouro.

Figura 9 - Vila de Monte Dourado. Note as casas em modelos norte-americanos



Fonte: Desconhecida

Como resta explícito na propaganda, os discursos que envolviam o megaprojeto exaltavam principalmente a promessa de desenvolver economicamente a Amazônia, alimentada pelo governo militar brasileiro. Logo, a maior floresta tropical do mundo, pouco conhecida internacionalmente na época, recepcionaria um dos maiores e mais ambiciosos empreendimentos do mundo, que viria desmatar mais de 200 mil hectares de floresta nativa para o plantio de gmelina, pinus⁸ e eucalipto, espécies asiáticas usadas para a produção de celulose.

⁸ Árvore da família Pinaceae.

Os trabalhos de desbravamento têm por objetivo substituir a floresta velha por uma inteiramente nova, toda plantada e de fabulosa importância econômica para o Brasil. Na velha floresta do Jari, vivem misturados quinhentos tipos de árvores diferentes que não são economicamente aproveitáveis. Não existe problema ecológico, já que se troca uma floresta por outra. (MAZON, s/d.)

Tal citação é retirada de um documentário que trata do contexto de implantação do Projeto Jari no município de Almeirim (MAZON, s/d.). O trecho é importante para a compreensão de quais discursos políticos e econômicos estavam em vigência na época. Vale notar que a planta *Eucalyptus grandis* já era usada no Brasil desde os anos 1900 como matéria-prima para a produção de celulose. Chegando facilmente aos 60 metros de altura, ela também era usada para a extração da madeira para a produção de móveis e carvão vegetal. Ocorre que, entre os anos 1960 e 1970, a plantação de eucalipto para fins industriais teve um enorme impulso, parcialmente financiado pelo Estado por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Nesse período, tal cultura causou significativo desmatamento na Amazônia, mas, desde então, as empresas têm adotado uma narrativa segundo a qual as plantações de eucalipto são ações de “reflorestamento”, entendido como “a troca de uma floresta pobre por uma floresta rica e de alto valor econômico”.

Tais discursos sustentaram projetos desenvolvimentistas implantados em larga escala nos governos ditatoriais no Brasil, e que estão em voga na atualidade. Segundo o site Enciclopédia Latino-Americana, o termo desenvolvimentismo “foi gerado em uma rede conceitual que envolvia também outros postulados, como os processos de industrialização por meio da substituição de importações”, e tornou-se um dos conceitos teóricos de política econômica cunhado pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL).

Com efeito, o Projeto Jari é um desses projetos que aportaram na Amazônia para implantar na região um modelo desenvolvimentista à moda da CEPAL. Nele, “a substituição de uma floresta velha por uma nova e de fabulosa importância econômica para o Brasil” se justificava simplesmente para o cultivo de espécimes vegetais usadas como matéria-prima para a produção de celulose. Mas, frise-se que, nesse modelo, o que está em jogo não é mais a exportação de produtos manufaturados, mas um projeto de industrialização.

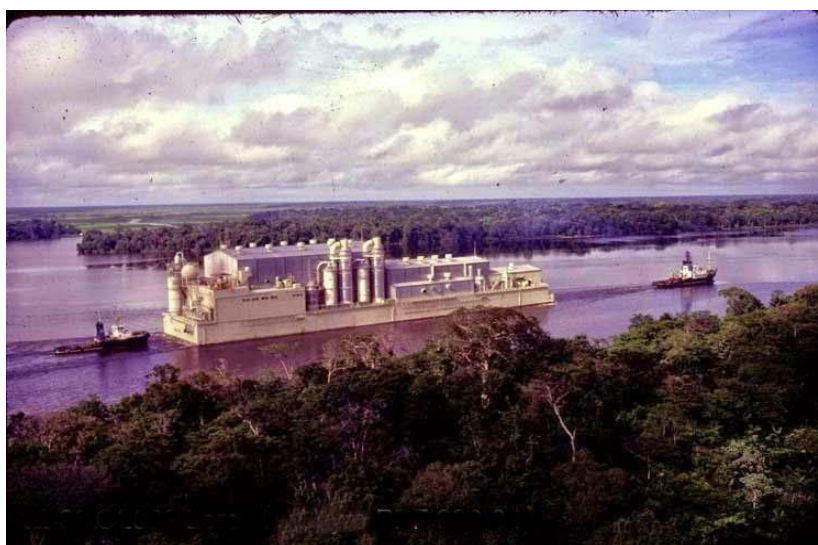
Assim, visando a operacionalizar a dimensão industrial do projeto Jari, no ano de 1978, duas plataformas metálicas flutuantes saíram de Kure, no Japão, rumo à Amazônia. Uma dessas estruturas era uma fábrica de celulose de grande porte. A outra, uma usina de energia. Iriam navegar por quase 30 mil km, por mares e rios, puxadas por rebocadores. “O futuro, ao que parecia, havia chegado”.

Figura 10 - Fábrica de celulose trafegando no oceano



Fonte: desconhecida

Figura 11 - Imagens do Fábrica de Celulose e a usina de energia já em território amazônico



Fonte: Defesa.net

A fábrica fora projetada e construída por engenheiros japoneses e tailandeses, no Japão, porque tal missão seria mais dispendiosa no Brasil, devido à falta de infraestrutura no país. Logo, sua construção levou em consideração o futuro deslocamento intercontinental que faria até chegar ao rio Jari, boiando em duas balsas gigantescas, por cerca de três meses de viagem.

Perto do rio, nas margens do que hoje é a Vila de Munguba, estacas eram fincadas para segurar as usinas de polpa e usina de força. A usina de força, quando acabada, seria mais comprida que dois campos de futebol e teria mais de vinte andares de altura. Os geradores produziram mais de 55 milhões de watts de eletricidade por dia, segundo

informações veiculadas pelo documentário sobre o projeto Jari.

Figura 12 - Fábrica de Celulose vista do rio Jari



Fonte: Acervo Pepca/Ufopa

Para Lucio Flavio Pinto (1986, p. 12) as terras do Jari estavam localizadas estrategicamente para o Projeto de Ludwig: “próximas a foz do Amazonas [...] compreendiam savanas em baixios inundáveis durante o período de chuvas e um planalto coberto de floresta densa”. Era o lugar adequado para a instalação de um grande projeto agroindustrial. O historiador Cristóvão Lins (ano, p.166), que retratou 70 anos da história do Jari, compara o transporte das plataformas a “uma fantástica miragem de edifícios em movimento”.

Obviamente, o empreendimento veio acompanhado de promessas de riquezas e melhorias à região, com a oferta de empregos, serviços, entre outras coisas. Ainda segundo o já referido documentário, “foi implantado o marco de uma nova fronteira, onde milhares de brasileiros de todas as profissões, vivem tranquilos e felizes” (MAZON, s/d.).

Monte Dourado tem uma moderna rede de esgotos, iluminação elétrica, um sistema de canalização de tratamento de água, fornece milhões de litros por mês. Monte Dourado é uma cidade humana. [...] O Projeto Jari oferece a todos a possibilidade de estudarem, de aprenderem. Milhares de estudantes frequentam as escolas, tanto de dia, quanto de noite. Assistência médica e hospitalar gratuitos. Não faltam clínicos, cientistas, ginecologistas, pediatras, cirurgiões, nem laboratórios de análise bem equipados [...]. (MAZON, s/d.).

O que a propaganda da época não informa é que esse oásis em Monte Dourado fora planejado apenas para abrigar os funcionários que compunham o quadro técnico-especializado da empresa: engenheiros, administradores, gerentes, médicos, etc. À mão-

de-obra barata composta por operários não especializados restariam outros destinos.

Figura 13 - Comércio e estacionamento de motos na "Beira".



Fonte: Acervo Pepca/Ufopa.

As promessas de oportunidades, emprego e habitação atraíram para o Vale do Jari a migração em massa de diversos segmentos populacionais, predominantemente de nordestinos. A chegada de levas de migrantes à região, já no final da década de 1970, ocasionou o crescimento desenfreado da cidade de Laranjal de Jari e Vitória do Jari, que ficam do outro lado do rio. Isso, porque a cidade de Monte Dourado, como as demais *company towns* instaladas na Amazônia, era fechada, isto é, de acesso restrito aos funcionários da indústria e seus familiares. Assim, os contingentes de migrantes que vinham buscar trabalho no projeto e não o conseguiam, iam se alojar nas imediações da sede da empresa, dando origem às favelas fluviais chamadas popularmente de Beiradão e Beiradinho □ Laranjal e Vitória do Jari, respectivamente; a primeira em frente a Monte Dourado, e a segunda em frente à Vila de Munguba, ambas no lado amapaense do rio.

Figura 14 -Vitoria do Jari, o "Beiradinho". Foi construída à frente das instalações da fábrica de celulose.



Fonte: Acervo Pepca/Ufopa

Na década de 1980, o crescimento desordenado do Beiradão se viu acompanhar de violência e outras mazelas sociais. A menos de cinco minutos de Monte Dourado □ que então era referência em qualidade de vida e índice de desenvolvimento humano e planejamento □, Laranjal crescia em palafitas de insalubridade e esquecimento social, refletindo as brutais contradições existentes nos planos desenvolvimentistas, que consistem, principalmente, no aumento das desigualdades sociais e econômicas. Ao invés de clubes, piscinas, hospitais, supermercados, em outras palavras, “tudo que é indispensável para a vida de uma cidade”, Laranjal do Jari continha era altos índices de prostituição e violência urbana.

Figura 15 - Laranjal do Jari atualmente



Fonte: Acervo Pepca/Ufopa

Figura 16 - Estacionamento de bicicletas em Laranjal do Jari



Fonte: Acervo Pepca/Ufopa

O projeto de Ludwig foi responsável pelo desmatamento de vastas áreas de Almeirim para que, enfim, a “floresta nova e economicamente rentável” germinasse a matéria-prima da celulose. Nele também se encontram as raízes de inúmeros conflitos fundiários e socioambientais. Um dos componentes desses conflitos está atrelado justamente aos intensos fluxos migratórios que fizeram aumentar o número de posseiros em terras que supostamente pertenciam/pertencem à empresa. Isso porque, a despeito dos mecanismos de controle territorial exercidos pelo Projeto Jari, a efetiva ocupação das áreas por grupos

vindos de diversas localidades, seja do Pará, seja de outros estados, fugia à gestão da empresa (PINTO, 1986). Segundo Camargo (2015), a empresa sofria, de fato, problemas em controlar e regularizar as grandes extensões de terra requeridas pelo projeto, mesmo com forte apoio do governo militar (CAMARGO, 2015).

Dessa maneira, a indústria da celulose implantada por Ludwig tornou o Vale do Jari uma das regiões mais tensas do Baixo Amazonas. O processo não é isolado, na verdade se repete em outras regiões do Brasil. Segundo o “Relatório das consequências sócio-ambientais: A Monocultura do eucalipto no Brasil”, feito pela brigada de solidariedade “Voz Alta” do Comitê Norueguês de Solidariedade com América Latina (LAG), publicado em 2015 e lançado no Brasil em março de 2016, a indústria de celulose é responsável por graves danos ambientais e sociais, bem como violações dos direitos humanos no país. De acordo com o estudo, a monocultura de eucalipto está atrelada a fatores como: desertificação dos solos, erosão, desmatamento, desaparecimento e extinções de inúmeras espécies animais e vegetais, contaminação devido ao uso de agrotóxico, entre outros problemas. Entre os danos sociais que provoca, citam-se inúmeros conflitos fundiários devido à grilagem e à distribuição desigual de terras.

Para o próprio Ludwig, afinal, o empreendimento mostrou-se menos proveitoso que o esperado. Em suas expectativas, a *Gmelina*⁹ é que daria o lucro aos altos investimentos que fizera no Vale do Jari. No entanto, a espécie asiática não rendeu, tampouco cresceu em solos amazônicos, constituindo esse um dos motivos pelos quais o empresário veio a vender seu empreendimento aos brasileiros. Além disso, a partir da década de 1980 cresceu a pressão exercida sobre o empresário para nacionalização do Projeto Jari (CAMARGO, 2015). Em 1988, portanto, o projeto que custara mais de um bilhão de dólares foi vendido por 80 milhões de dólares a um grupo de empresas brasileiras.

Dificuldades financeiras motivaram mudanças nas estratégias empresariais ao longo dos anos que se seguiram à nacionalização do Projeto Jari. Até mesmo Monte Dourado sofreu certo “empobrecimento”. A cidade foi aberta (passou a existir venda e aluguel das casas, por exemplo) e passou à gestão do governo municipal.

⁹ *Gmelina* (*Gmelina arborea* Roxb.; Lamiaceae) é uma árvore da qual se extrai a celulose, matéria prima para a fabricação do papel, advém do sul asiático.

Figura 17 -: Vista da "Beira" de Monte Dourado do rio Jari



Fonte: Acervo Pepca/Ufopa.

Porém, algumas hierarquias se mantêm em seu centro urbano, frequentado por um grupo muito específico de pessoas. A divisão do espaço segue a hierarquia dos cargos da empresa, logo, os melhores bairros compreendem os funcionários do alto escalão e são chamados *Staff*, *Staffinho*, por exemplo. Os trabalhadores de cargos mais baixos moram, por exemplo, no bairro Facel, cujo nome alude à fábrica de celulose.

Em 2000, o Projeto Jari passou para a responsabilidade do Grupo Orsa, uma das principais organizações atuantes nos setores de madeira, embalagens e papel. Ele é composto pelas empresas Jari Celulose, Jari Florestal e Ouro Verde Amazônia, e, ainda, pela Fundação Jari, sendo essa última a organização sem fins lucrativos que desenvolve programas e projetos nas áreas de educação, saúde, garantia de direitos humanos, meio ambiente, cultura e geração de emprego e renda, segundo o grupo.

Nessa mesma época que o Grupo Orsa assumiu o controle da gestão do Projeto Jari, o aumento das preocupações ambientais levou o Brasil a adotar novos planos de contenção do desmatamento, da extinção de espécies, das queimadas e do esgotamento dos recursos naturais. Para tanto, surgiram novas leis relativas ao meio ambiente. Assim, coube ao grupo Orsa assumir não somente a dívida dos empresários, mas o compromisso de adaptar-se à nova legislação ambiental e social.

O Grupo Jari, hoje atuante na região, alega incorporar “modelos de ação economicamente viáveis, socialmente justos e ambientalmente corretos”. Seus novos gestores, mediante o suposto compromisso com o meio ambiente e a população local, dizem esforçar-se para a resolução de conflitos. Entretanto, os contínuos conflitos fundiários,

socioambientais e territoriais na região parecem dizer o contrário, por três motivos que destacarei, entre outros, com base nos escritos de Camargo (2015).

Em primeiro lugar, a maioria das áreas ocupadas por comunidades de pequenos produtores, castanheiros e extrativistas não têm título de propriedade, correspondendo a posses ou detenções. Conforme explica Camargo (2015), as terras são disputadas judicialmente com a Jari, que, desde a época de Ludwig, falhou em regularizar o latifúndio que ocupou. Primeiro, à época de Ludwig, havia a legislação federal que limitava a aquisição de terras por empresas estrangeiras. Segundo, havia problemas de origem dos documentos, que impediam que tal área fosse regularizada sem a aprovação da presidência da República e do Conselho de Segurança Nacional. Por fim, mesmo após a nacionalização do projeto, nada foi feito no sentido de resolver o problema fundiário da região, e restam em aberto, até hoje, muitos procedimentos judiciais em torno da terra em questão (CAMARGO, 2015).

Em segundo lugar, a implantação do Projeto Jari representa duas grandes estratégias nas atividades produtivas: 1) o extrativismo de recursos naturais não madeireiros, setor no qual o aviamento historicamente engendrou relações de dependência entre patrão e empregado; e 2) o complexo agroindustrial para a produção de celulose, combinado com a extração de madeira nativa.

Por fim, o Projeto Jari experimentou diferentes formas de relacionamento contratual – formal e informal – entre operários e uma empresa que representava o moderno capitalismo mundial. Ao longo das crises ocorridas em décadas posteriores à sua implantação, tais estratégias foram retomadas e modernizadas. Segundo Camargo (2015), essa modernização se dá da seguinte forma: as relações contratuais são mantidas e as relações de dependência também.

As análises de Camargo (2015) sugerem que é próprio do Projeto, seja via empresa, seja Grupo Orsa, ampliar as relações de dependência das populações tradicionais com o argumento de inclusão das comunidades sobrepostas às áreas de atuação da empresa, mesmo sem reconhecer oficialmente essa sobreposição. As estratégias são de manutenção de um sistema antigo de domínio e subordinação. As políticas sociais desenvolvidas pela empresa seriam, portanto, estratégias para exercer domínio e garantir o marketing social, ao passo que sua própria situação fundiária, se encontra incerta na justiça federal.

Ora, atualmente, cerca de 150 comunidades tradicionais e rurais estão identificadas nas áreas reivindicadas pela Jari, mas muitas delas não são reconhecidas pelo próprio grupo empresarial, o que denota um grave desrespeito mediante a invisibilização das mesmas. Muitas dessas comunidades, a exemplo de Repartimento dos Pilões, vivem

tradicionalmente do extrativismo, sendo a castanha-do-pará o recurso natural de maior importância para elas. Esse e outros recursos estão no foco de conflitos alimentados pelas formas de uso e apropriação da terra que a indústria de celulose quer fazer crescer, servindo-se, até mesmo, de políticas sociais para incentivar os moradores a abandonarem suas práticas tradicionais a fim de plantar eucalipto para vendê-lo à empresa. Neste cenário, onde conflitos agrários e ambientais se confundem (FOLHES; CAMARGO, 2013; CAMARGO, 2015), a problemática da relação entre *individuais* e *coletivos* em Repartimento dos Pilões é apenas uma das muitas faces das disputas em curso no Vale do Jari, compreendido não só como uma região geográfica, mas como um lugar que tem uma trajetória de ocupação conturbada e historicamente marcada pela concentração de terras. Estudar o caso de Repartimento é, então, uma tentativa de compreender os percursos sinuosos feitos por muitas comunidades de pequenos produtores, castanheiros e extrativistas em geral, confrontados com a indústria de celulose.

4 REPARTIMENTO DOS PILÕES: A VIDA ENTRE FLORESTAS DE CASTANHA E DE EUCALIPTO

Caracterizar um lugar ou descrevê-lo sempre me pareceu uma tarefa bastante difícil. É, de certo modo, transportar meus olhares (incluindo pensamentos e sentimentos) para um conjunto de palavras; tornar esse conjunto de palavras inteligível para quem o ler. Como descrevo o território e as relações vividas por outrem, importa nota que o que vem à tona são os aspectos aos quais **eu** dei maior atenção.

A subjetividade que aplico ao lugar que passo a descrever, talvez, esteja de longe daquela dos moradores de Repartimento e, principalmente, de quem lê este trabalho. Isso me coloca em uma posição muito desafiadora. Como fazer com que, você, leitor, se sinta em Repartimento dos Pilões? Pergunto sobre o que você, no meu lugar, olharia. Ou, na melhor das minhas suposições, sobre o que você gostaria de ler. Por outro lado, pergunto-me o que os interlocutores que tive em Repartimento gostariam que fosse dito sobre o lugar que habitam no mundo? O que ele ou ela, enquanto pertencentes ao lugar, gostariam de ler sobre sua vida, contada por mim?

De cunho descritivo, este capítulo tem como objetivo apresentar a comunidade Repartimento dos Pilões, tanto por meio da linguagem escrita quanto por meio de fotografias tiradas em trabalho de campo, principalmente no ano de 2017. Reconheço que a fotografia constitui uma linguagem a ser explorada dentro da etnografia, e, embora não a tenha desenvolvido com mais profundidade, sirvo-me das imagens produzidas em campo para auxiliar na descrição pretendida.

Gostaria de esclarecer que me dediquei, durante o primeiro ano de iniciação científica, à tarefa de caracterizar o território da comunidade Repartimento dos Pilões. Talvez tenha feito, no mínimo, umas três versões de textos apontando os lugares, descrevendo as casas, a vegetação, elencando os atores, apontando as particularidades da comunidade. Alguns escritos achei até bem satisfatórios, pois consigo enxergar neles referências que se combinam perfeitamente em minhas memórias. No entanto, não me parece hoje o suficiente. Sofro um incômodo todas as vezes que leio algo que já tenha escrito sobre Repartimento. Eles me parecem um tanto vazios, desprovidos de algo que esteja em iminência de descobrir... Talvez isso se atribua ao meu distanciamento da comunidade, pois, como já expus, não voltei lá por inúmeros motivos desde 2017, seja pelo próprio cenário conflituoso e distante, cujo deslocamento também é desgastante, e requer investimento financeiro na pesquisa. No mais, havia uma grande dificuldade de

comunicação com os interlocutores. Seja pela precariedade dos meios de comunicação, como rede de celular/internet, seja por uma timidez inerente a mim. Acredito que são tantos os fatores que me levaram por muito tempo cogitar mudanças na pesquisa. Até mesmo o avanço nas disciplinas, as quais me fizeram ter avanços teóricos e conseqüentemente, novas preferências teóricas. É o caso, por exemplo, de etnologia indígena. Por muitas e muitas vezes me balancei pela área (e ainda permaneço), o qual conferiam ainda mais incerteza para o caminho que estava trilhando até aqui.

Enfim, este capítulo é a versão “atual” da caracterização de Repartimento dos Pilões, aquela que não necessariamente me satisfaz, mas que entendo ser a mais apropriada para situar o leitor em relação ao lugar onde se desenrolam conflitos que, sendo corriqueiros em toda a região do Vale do Jari, assumem aqui características próprias.

4.1 Paisagem

É inevitável que eu comece a descrever Repartimento pela vegetação. Sem dúvida, informar sobre a paisagem local é extremamente necessário para que possamos entender parte dos problemas que estão na origem dos conflitos entre *individuais* e *coletivos*. É reconhecendo a paisagem confusa, contraditória e anômala que, pouco a pouco, nosso desenho de Repartimento dos Pilões estará inteligível, mas nunca finalizado. Estamos em metamorfose contínua, e a ela nada resiste.

Entre florestas nativas, plenas de castanheiras, e florestas plantadas de eucalipto, situa-se a comunidade agroextrativista Repartimento dos Pilões, localizada literalmente no meio de um dos maiores latifúndios do mundo, no já apresentado Vale do Jari (CAMARGO, 2015). A floresta de eucalipto é que guia todo o percurso entre a sede municipal de Almeirim e a sede urbana do distrito Monte Dourado, e desse centro até a comunidade. Ela parece infindável. A imagem que se forma, da janela do automóvel, é de imensos corredores de eucalipto, gigantes que sobem ao céu e se estendem das margens da estrada pela terra adentro. Parecem muros vegetais, prisões que se supõem ambientalmente sustentáveis. Vez ou outra, em meio a tantas árvores idênticas, é possível ver uma ou duas castanheiras perdidas, solitárias...

Figura 18 - Muros erguidos! Eucalipto! Estrada que leva à comunidade Repartimento dos Pilões



Fonte: Acervo Pepca/Ufopa 2017

Figura 19 - Castanheira, triste, castanheira. Castanheira nova, posando em meio ao eucalipto



Fonte: Acervo Pepca/Ufopa

Além de eucalipto, espécie vegetal dominante, têm-se também gmelinas e pinus plantados ao longo dos referidos corredores. Nenhuma dessas espécies é originária da floresta amazônica □ aliás, a paisagem negra que estamos na Amazônia! Tais espécies são corriqueiramente usadas para a produção de celulose, extração da madeira e produção de energia □ para abastecer a própria indústria de celulose, claro, e não as pessoas que vivem no entorno dela. As florestas plantadas pertencem ao Grupo Jari, estão em terras das quais o Grupo alega ter títulos de propriedade, os quais são questionados por moradores de comunidades como Repartimento dos Pilões.

Figura 20 - Placa indicando propriedade privada e grupo empresarial



Fonte: Acervo Pepca/Ufopa 2017, acervo PEPCA. Almeirim, Pará.

Ao eucalipto não bastam as terras que margeiam a estrada entre Monte Dourado e Repartimento dos Pilões. A comunidade se encontra em um desnível do solo; para chegar a ela, é preciso descer ladeira abaixo. O percurso dá a impressão de estarmos entrando em um grande buraco, e as florestas que ficam pelo caminho de descida parecem disputar a hegemonia da paisagem. Enfim, mesmo quando se atinge a vila central da comunidade, continua-se avistando a monocultura que circunda toda a região do Jari.

Figura 21 -- No caminho do castanhal de Dinho: é possível avistar a área de habitações embaixo e a estrada que liga a Monte Dourado



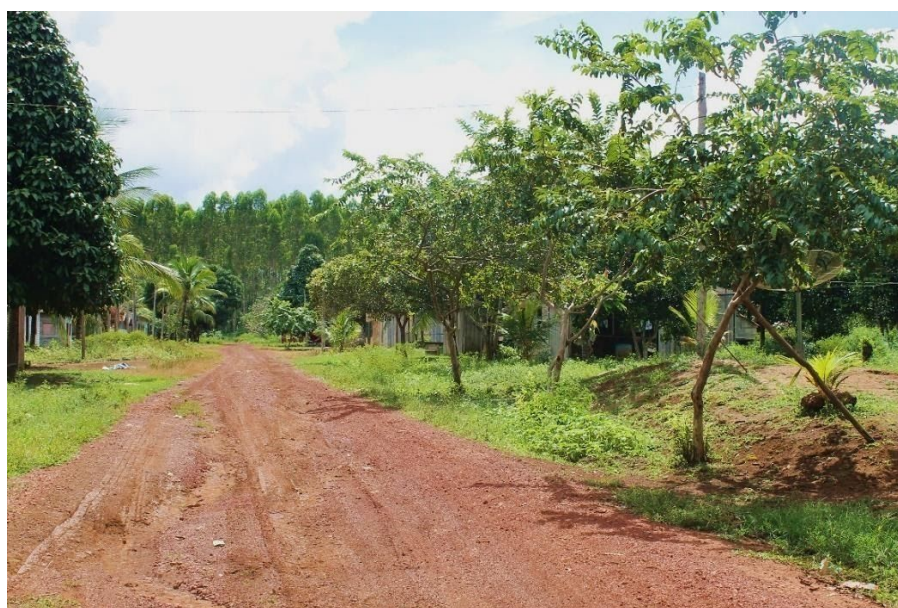
Fonte: Acervo Pepca/Ufopa.

Para aqueles que habitam a região desde antes do Projeto Jari, é impossível não se sentirem chocados com o desmatamento e as mudanças advindas da expansão do

empreendimento de plantação de eucalipto. Muitos dos seus relatos apontam o horror e a tristeza diante da homogeneização da paisagem. Floresta antes viva, que germinava possibilidades de existência variadas, não só a partir da castanha, mas também da seringueira (*Hevea brasiliensis*), da balata (*Manilkara bidentata*), da andiroba (*Carapa sp.*), da copaíba (*Copaifera sp.*), do angelim-vermelho (*Dinizia excelsa*), da castanha-sapucaia (*Lecythispisonis Cambess.*), do piquiá (*Caryocarmicrocarpum*), massaranduba (*Manilkara huberi*), do açai (*Euterpe oleraceae*) e de diversas outras palmeiras (ASMIPPS, 2017). A floresta germinava. Em seu lugar, hoje só vê eucalipto. Apenas eucalipto, a se destacar na paisagem vislumbrada das janelas das construções em Repartimento dos Pilões.

O território de Repartimento compreende as áreas de habitação, roças e castanhais, sendo que as residências se encontram no já descrito “buraco”. As roças e os castanhais ficam nas regiões de planalto, distantes das moradias, subindo as encostas do vale. Os roçados e as capoeiras são mais facilmente acessíveis que os castanhais, que exigem horas de caminhada ou montaria para serem alcançados. Dificilmente se chega a eles por carro ou, até mesmo, motocicleta, de modo que, geralmente, usam-se burros nas expedições para extração de castanha.

Figura 22-Chegando em Repartimento. Entrada principal da comunidade. É possível visualizar algumas casas, árvores e, ao fundo, a plantação de eucalipto



Fonte: Acervo Pepca/Ufopa 2017

Na paisagem local surgem alguns cursos d'água, destacadamente o Igarapé Inferno, onde uma formação rochosa semelhante a um pilão teria motivado a menção aos “Pilões” no nome da comunidade, de acordo com alguns moradores. Outros, porém,

sustentam a versão de que o termo remete a vestígios arqueológicos encontrados na região, que seriam antigos pilões usados por ocupantes pregressos para moer alimentos. Já o termo “Repartimento” adviria do nome do rio homônimo, cujas formações rochosas parecem o dividir em dois.

Segundo o povo antigo, eles dizem que quando eles chegaram lá, eles encontraram umas vasilhas de pedra, uns pilões de pedra que os índios fizeram. Uma fábrica de índio. Então, colocaram o nome lá de Pilão. Bom, aqui é Repartimento porque bem ali, tem esse igarapé que vai pra cá, outro igarapé vai pra ali e faz um repartimento dos dois igarapés e daí colocaram o nome de Repartimento dos Pilões, para diferenciar de Repartimento de São Militão.

Como já insinuei, acho o nome da comunidade bastante sugestivo da divisão que nela se formou, em termos políticos, socioculturais e até mesmo espaciais, como pretendo demonstrar no próximo capítulo dedicado ao conflito vivenciado por individuais e coletivos. Contudo, por ora, seguirei a apresentação dos principais marcos físicos da comunidade sem problematizar as relações conflitivas que nele se estabelecem.

4.2 Áreas de moradia

Vivem em Repartimento dos Pilões 43 famílias. Suas moradias estão majoritariamente distribuídas ao longo de duas vias abertas na comunidade: a vila principal, assim chamada por concentrar a maioria das casas e dos espaços/equipamentos de uso comum, e o Ramal do Cacoal, uma estrada não pavimentada que se afasta da vila principal. Na vila principal estão cerca de 30 casas; as demais seguem o ramal, como que formando outra vila.

Voltando à vila principal, aí estão também os dois templos religiosos existentes na comunidade □ um católico, outro evangélico □, a escola Monteiro Lobato e outros espaços de convivência como um barracão e um campo de futebol □ este, anteriormente, reservado aos pastos dos animais dos moradores mais antigos, é onde, hoje, acontecem as “peladas” de fim de tarde, as brincadeiras da criançada e os torneios durante eventos ou feriados.

Figura 23 -Campo de futebol



Fonte: Acervo Pepca/Ufopa

O campo ocupa a área central da vila principal. A maioria das casas se concentra ao seu redor e ao longo da estrada. Algumas delas são suspensas em palafitas, parecidas com as que encontramos em Laranjal do Jari. Outras, não. São feitas de madeira e/ou alvenaria, com telhado de metal, Brasilit. A maioria possui banquinhos na parte da frente, onde se reúne a vizinhança para conversar.



família tem seu próprio depósito, ou seja, cada depósito tem um dono; em regra, o patriarca da família, que deixa genros e cunhados guardarem suas colheitas por lá. Às vezes, na proximidade de um depósito, há também uma construção simples para abrigar as cangalhas¹⁰ de burros que são usados como transporte de castanha nas expedições de coleta.

¹⁰ Artefato de madeira ou ferro, acolchoado, que se apõe ao lombo das cavalgadas para pendurar carga de ambos os lados.

Figura 25 - Depósito e cangalha



Fonte: Acervo Pepca/Ufopa

Na vila, à época do trabalho de campo, já havia alguns postes instalados em vias da comunidade, mas a luz ainda não tinha chegado, o que veio a ocorrer em 2018. Até então, a energia elétrica era provida por um gerador que funcionava à base de óleo diesel, comprado graças a coletas de dinheiro feitas pelos próprios comunitários □ que faziam o mesmo para consertar algum defeito inesperado no equipamento. O gerador, até então abrigado em uma estrutura nomeada pelos moradores de “casa do motor”, próxima à igreja evangélica, era ligado ao anoitecer, por volta das 18 horas e 30 minutos, e funcionava apenas até 22 horas. Alguns moradores, no entanto, relatam que antes, “no antigo governo”, era a prefeitura que arcava com as despesas de abastecimento e manutenção ou reparo do motor.

Para o abastecimento de água havia uma caixa bastante enferrujada, pelo menos na época em que visitei Repartimento. Ela fica bem pertinho da igreja evangélica, mas, segundo alguns moradores, abastece pouquíssimas casas da comunidade, e geralmente de “individuais”. A qualidade da água que ela distribui, segundo dizem, é bastante duvidosa. A caixa teria sido doada pela prefeitura, mas o serviço de abastecimento teria sido implantado pela empresa Jarí em 2013 para beneficiar aqueles que a defendem dentro da comunidade: “Essa caixa d’água que é azul, é da empresa e só abastece as casas das pessoas que estão do lado da empresa. Essa água não presta, ela vem da área que solta veneno. A água vem cheia de barro” □ disse um entrevistado. Para ele e outros, essa água não serve para consumo, apenas para lavagem de roupas e objetos.

Figura 26 - Caixa d'água



Fonte: Acervo Pepca/Ufopa

Sinal de telefone e internet, também não há na comunidade. Apenas a casa de uma família de mais posses tem uma antena que “pega celular, mas precisa ficar bem embaixo dela”. Os dispositivos mais usados para comunicação são certamente os aparelhos de rádio. Os idosos, principalmente, ouvem bastante rádio: músicas de brega antigas ou hinos de louvor gospel. Já os mais jovens ouvem com mais frequência os *tecnomelodies* feitos na capital, Belém, Macapá ou regiões vizinhas. Pelo entardecer, já é possível ouvir as músicas bem altas, fugindo das residências e tomando conta da vila.

Não muito longe do campo fica um mercantil, que também funciona como bar, à noite. Andando mais um pouco se encontra o barracão comunitário, que é identificado como um espaço da associação que representa os *coletivos*. Em outras palavras, não é um barracão propriamente comunitário, no sentido de representar toda a comunidade, pois, ordinariamente, os “individuais” não o frequentam e se reúnem em suas próprias residências.

Quando estive em Repartimento, ele tinha acabado de ser construído. Parte da sua construção fora patrocinada pelo Fundo Dema, e parte foi fruto da coleta de recursos entre os membros associados. Além de abrigar reuniões dos “coletivos”, às vezes, acolhe festas de aniversário de algum morador ou as festas de fim de ano. Construído em madeira e alvenaria, ele tem um salão dotado de janelas bem grandes □ das quais, como uma nefasta ironia, se avistam os eucaliptos da Jari. Possui uma copa, com mesas e cadeiras.

Figura 27- Vista do barracão comunitário



Fonte: Acervo Pepca/Ufopa

Os templos antes mencionados, situados na vila principal, são da Congregação da Assembleia de Deus e outro católica. O primeiro é feito de alvenaria e madeira, e reúne vários dirigentes da comunidade, congregando a maioria dos “coletivos”, curiosamente, enquanto a maioria dos católicos são “individuais”. A igreja católica é responsabilidade de uma senhora que, na ausência do padre, se encarrega do culto semanal. Embora a comunidade tenha como padroeira Nossa Senhora da Conceição, a maioria das celebrações são feitas fora da comunidade, como a festa do Glorioso São Benedito, que ocorre na cidade de Almeirim, ou de nossa Senhora de Nazaré, em Laranjal do Jari.

A também já referida escola Monteiro Lobato, feita de alvenaria e pintada nas cores amarela e vermelha, funciona para o ensino fundamental I, ou seja, do primeiro ao quinto ano, em sistema de multissérie comandado por apenas uma professora, que, tendo vindo de outra localidade, não tem casa e dorme dentro da escola. A partir do quinto ano, os estudantes precisam estudar na escola mais próxima, que fica na comunidade de São Miguel e forma os alunos até o nono ano. Um ônibus escolar vem buscá-las para as aulas, ainda na madrugada. A gasolina, que deveria ser fornecida pelo poder público, é comprada pelos pais, que também arcam com as despesas de manutenção do ônibus escolar. Já o ensino médio só pode ser cursado em Monte Dourado ou cidades como Laranjal do Jari ou Almeirim.

4.3 As áreas de trabalho e as atividades produtivas

Repartimento dos Pilões é uma comunidade agroextrativista. Sendo assim, parte do sustento das famílias é tirada do solo cultivado e plantado, enquanto outra parte advém da

coleta dos recursos da floresta, sendo atualmente, a castanha-do-brasil o principal recurso natural coletado. Outras atividades produtivas de menor impacto na obtenção de renda monetária, mas não desimportantes no dia a dia da comunidade, são a caça, a pesca e a produção de doces e pequenos serviços. É o que se quer demonstrar nos subitens abaixo.

4.3.1 *Extrativismo de castanha-do-pará*

O extrativismo da castanha é, para muitos moradores de Repartimento dos Pilões, mais que sua maior fonte de renda; está relacionado a um modo de ser e pertencer ao território. Gerações se seguiram, tendo no extrativismo de castanha uma forma de viver, de existir, de ensinar. E, na castanheira (*Bertholletia excelsa* (Bonpl., Lecthytidaceae)), um símbolo de vida. Sobre a árvore, Wadt e Kainer (2009, p. 302) informam:

O caule da castanheira é cilíndrico, liso e desprovido de ramos, apresenta casca escura, fendida e ramos curvos nas extremidades. Pode atingir 50 m de altura, aprender um DAP (Diâmetro a altura do peito) maior que 2m e viver centenas de anos (Corrêa, 1931; Salomão et al., 1995). Por essas características, e principalmente as da casca, a castanheira é uma árvore fácil de ser identificada na floresta.

Os pais levam seus filhos, desde crianças, para os castanhais. Ensinam os pequenos a “trabalhar na castanha”; orientam-nos sobre como andar na mata, perceber os sons, identificar os pontos que atraem animais.

Figura 28 - Família a caminho do castanhal.



Fonte: Acervo de Malenna Farias

Em função da extração da castanha, muitos moradores de Repartimento se criam mata adentro, ano após ano. Assim, quando estão próximos da velhice, repassam seus

castanhais aos filhos, junto com todos os ensinamentos acumulados. Dos herdeiros se espera que, por sua vez, façam o mesmo com seus descendentes, repassando-lhes tanto o castanhal quanto os conhecimentos necessários para trabalhar e cuidar dessas áreas. Foi o que ocorreu no caso de um morador:

Meu pai foi e comprou esse terreno e passou o castanhal pra mim. Com certeza eu vou passar pro meu filho. Ele vai comigo. Tipo assim, tu moras lá na cidade, se tu tens um filho, tu vais querer botar ele pra estudar, pra seguir aquilo que tu tá seguindo. Aqui a gente tem que fazer o contrário: tem que botar pra estudar e ensinar o que a gente faz também.

Careta, Castanhal Novo, Caixa D'água, Ambição, Botafogo, Botafoguinho, Pão, Pãozinho, Escorrega, São Raimundo, Vai-Quem-Quer. Esses são alguns dos castanhais explorados em Repartimento dos Pilões. Cada qual tem seu “dono” ou “donos”; logo, geralmente, os castanhais são compartilhados e divididos entre membros de uma família. Por exemplo, os castanhais Pão e Pãozinho eram um só, que foi dividido em dois para atender aos herdeiros de um antigo castanheiro, um dos primeiros moradores da comunidade. Nessa lógica, as famílias mais antigas foram, com o tempo, conquistando o domínio de maiores porções da floresta, apossando-se dos castanhais mais extensos, de modo que os menores restaram para os moradores que chegaram depois.

Embora a floresta seja entendida genericamente como área de uso comum, cada indivíduo, com o respectivo grupo familiar, se apossa efetivamente de um castanhal □ o que explica o termo “dono”, geralmente usado para se referir a quem exerce a posse sobre a área. O tipo de posse em questão, assumido nas regras informais vigentes na comunidade, se exerce normalmente por meio do cuidado e da manutenção constante do castanhal, inclusive com a instalação de benfeitorias.

Sobre as benfeitorias, usualmente, incluem um acampamento de lona, um depósito, mas há quem tenha construído casa no próprio castanhal. É o caso de um castanheiro cuja casa está localizada no Vai-Quem-Quer: “A gente faz o barraco de lona, mas, no nosso caso, é diferente. Lá no “Vai-Quem-Quer nós já montamos uma casa mesmo. Mas, geralmente, montamos o barraco de lona e levamos um rancho para nos alimentarmos”.

O que importa sublinhar é que, nesse tipo de posse vigente em Repartimento, há o reconhecimento da primazia do “dono” sobre a respectiva área, desde que ele cuide dela, e até mesmo que dela não faça uso direto. Isso é o que revela um antigo morador, que não frequenta mais o castanhal para extração, mas apenas para cuidar do lugar, e que, por fazê-lo, continua a ser reconhecido como “dono” da área. Nesse papel, assume o direito de arrendar o castanhal, assim: “Eu coloco gente para trabalhar para mim. Eu dou 60% para eles e fico

com 40%”.

Deve-se abrir parênteses para explicar que, em Repartimento dos Pilões, existem também os chamados castanhais de avanço, mais próximos da comunidade, aos quais o acesso é facultado a todo morador. São castanhais que não têm donos, destinados à coletividade. Neles, é permitida a entrada e a extração por parte de todos os moradores, obedecendo a ordem de chegada e a capacidade de trabalho. Com a finalidade de regulamentar e orientar a extração nesses castanhais, foi criado um Plano de Uso dos Castanhais de Avanço, em 2016. O Plano foi aprovado a partir de reuniões e debates entre os moradores da comunidade, sendo proposto no intuito de garantir o uso contínuo dos castanhais de avanço, e possibilitando a recuperação da floresta, através do reflorestamento.

É durante o inverno amazônico, entre os meses de dezembro e junho, que as castanheiras protagonizam a vida na comunidade de Repartimento, assim como nas suas vizinhas. Na verdade, antes do inverno chegar, os castanheiros já estão montando seus barracos de lona nos castanhais, para abrigar-se das chuvas vindouras. Mas, quando elas começam a cair, então o deslocamento de pessoas, que deixam suas moradias na comunidade rumo à floresta, é intensificado.

Longínquos, os castanhais são inacessíveis por transportes motorizados, principalmente nessa época chuvosa que torna os solos barrentos, lamacentos. Alguns são acessíveis em caminhadas de mais de quatro horas. Aliás, é assim que geralmente os castanheiros medem a distância de um lugar em Repartimento dos Pilões: pelo tempo de duração que o percurso todo leva. Outro jeito de se chegar até os castanhais é usar animais, normalmente burros, como diz um extrativista: “tem que ter o animal, pois é muito tempo caminhando e não tenho condições de trazer. Falta de força, a idade chegou, não dá”. De posse de alguns moradores ou de atravessadores da castanha, os burros podem ser “fretados” pelos extrativistas.



Figura 29 - Burros de carga. Fonte: Acervo Pepca/Ufopa

Os coletores vão para os castanhais e neles permanecem por meses, em alguns casos, acompanhados de todos os membros de sua família. Assim, grande parte dos moradores de Repartimento praticamente se muda para floresta durante a safra de castanha, que, contudo, varia ano a ano, tanto em sua duração quanto na produtividade dos ouriços.

Segundo o conhecimento local, explicitado por Alagoas, a safra “segue o ritmo da castanheira”, que é detalhado por Antônio: “O período da castanha começa em fevereiro. Só que é lento. Em março, já aumenta. Quando é em abril, no fim que os ouriços estão todos no chão. Às vezes vai até em maio. Depende do tanto da carga da castanheira”. Ainda de acordo com o conhecimento local, a “carga” ou abundância das castanheiras se alterna de dois em dois anos:

Sempre, sempre acontece de dois anos dar pouco, depois de dois anos dar muito. Ano passado, deu pouco. Esse ano, menos ainda. Ano que vem vai dar muita castanha. A gente conhece pelos frutos que se formam em cima, e as flores que caem. Quando essa carga de ouriços cai, outra em cima já está sendo formada. A alegria do castanheiro é essa, quando você chega embaixo da castanheira e vai colher os ouriços, e vê um monte de flor, você logo sabe que vai dar muita castanha no próximo ano.

O conhecimento local se baseia na apreciação da quantidade de flores que caem da castanheiras, ao se aproximar o fim da safra. Assim, quando caem muitas flores, os extrativistas de Repartimento costumam dizer que a safra seguinte será farta. Por outro lado, estudos científicos que vêm tentando explicar essa variação refutaram a hipótese dos castanheiros, conforme Wadt e Kainer (2009):

Apesar de castanheira produzir frutos todos os anos, há grande variação na produção anual de um mesmo indivíduo. Devido ao longo período de desenvolvimento e maturação dos frutos, a floração de um ano coincide com a maturação dos frutos da safra anterior, e por isso acredita-se que haja um padrão bianual para safras de elevada produção [...]. No entanto, os poucos estudos já conduzidos com o monitoramento da produção em castanheiras nativas não comprovam essa hipótese.

De qualquer maneira, as palavras de um dos mais antigos extrativistas da comunidade são taxativas e resumem o conhecimento empírico acumulado pelos castanheiros: “Quando tem muita [flor] embaixo, também tem muito [ouriço] em cima”. Seu vizinho, compartilha este entendimento:

Isso, se der bastante flor, vai dar bastante ouriço. Se der pouca flor, dá pouco ouriço. Nós temos essa experiência. Assim, ano de bastante flor que até escorregamos nas flores, vai dar bem no outro ano e ela gera agora. [...] ficamos nessa esperança do outro ano dar bastante. Quando tem pouca flor, já sabemos: vai dar, mas bem pouco. Que nem nesse ano, todo mundo sabia e deu pouco mesmo.

Assim como a safra, a jornada de trabalho no castanhal é tanto mais longa quanto maior a produtividade das castanheiras. Durante todo o dia, os extrativistas recolhem os ouriços, frutos da castanheira, que são “uma cápsula globosa, quase esférica, medindo de 8 a 15 cm de diâmetro, sendo visível, na parte superior, o vestígio do cálice. A casca é espessa, dura e de cor castanha” (WADT; KAINER, 2009, p. 303).

Os ouriços são recolhidos e armazenados durante o dia, em paneiros, cestos produzidos com cipós. Hoje em dia, a confecção de paneiros é praticada por poucas pessoas, e é um conhecimento transmitido dentro da família, como relatou um homem que os produz apenas para uso próprio: “Eu aprendi com a mãe. A mãe fazia, aí eu fui também aprendendo a fazer. O que ela ia fazendo, ela ensinava a gente e íamos aprendendo”. Outro artesão em Repartimento, que é um dos mais antigos moradores do local e ex-castanheiro, produz os paneiros para vender aos demais extrativistas, já que é frequentemente requisitado pelos vizinhos e até pessoas de fora de na comunidade: “Já fiz paneiro para levarem para os Estados Unidos” □ conta ele.

O valor do paneiro é, tradicionalmente, o equivalente a uma barrica de castanhas, fato que costuma causar espanto aos visitantes da comunidade. Afinal, a barrica corresponde a seis latas, de 18 a 20 litros. Como o valor da barrica é irregular, variando segundo a quantidade de castanha ofertada, o preço do paneiro também oscila. “Olha, na época que nós estamos, para eu lhe dizer o paneiro, a senhora vai se assustar: 500 reais. É o preço de uma barrica de castanha” □ declarou o artesão. Quando questionado o porquê do alto valor, ele respondeu:

Desde quando a gente chegou aqui que o paneiro era o trocado numa barrica de castanha. É um rito do povo. Aí, um amigo meu falou: “Rapaz, falar a verdade, eu te falo, eu jamais dou 500 reais num paneiro”. E eu digo: Eu jamais dou um paneiro por menos de uma barrica de castanha!

O paneiro é um instrumento de trabalho importante. Além de ser usado para carregar os ouriços, serve para armazená-los até o momento em que serem quebrados. Há quem prefira quebrá-los ao fim do dia, enquanto outros deixam para o fim da estadia no castanhal. Um castanheiro explica:

A gente amontoa os ouriços, só que depende do castanheiro. Alguns preferem fazer ao fim de cada dia, para não amontoar muito e acabar atraindo escorpião. Então, eu e meu companheiro sentamos em um banquinho bem próximo do amontoado de ouriços. Nós usamos a foice ou machadinho para abrir os ouriços, de preferência. Colocamos o ouriço em cima de uma pedra e eu dou somente uma cortada. Depois viro do outro lado e corto também. Eu faço isso para não cortar as castanhas que estão dentro e cortar apenas o ouriço. A gente passa o dia todo fazendo isso.

Figura 29 - Ouriço e castanhas



Fonte: Acervo Pepca/Ufopa

O perigo de animais serem atraídos pela castanha é ressaltado pelos coletores. Por isso, alguns preferem quebrar os ouriços no fim do dia. Por fim, os ouriços são carregados nas costas □ principalmente quando retirados do castanhal de avanço, mais próximo da comunidade □ ou enviados à comunidade em burros. São armazenados nos depósitos mencionados na descrição da área de moradia, e, a partir daí, comercializados, na maioria das vezes para atravessadores que revendem o produto a comerciantes instalados em Monte Dourado. O transporte até a sede do distrito é feito em caminhões, que semanalmente vêm se abastecer nos depósitos de castanha da comunidade.

Figura 30 - Caminhão da castanha. Na imagem, um extrativista está carregando o caminhão com as sacas de castanhas coletadas



Fonte: Acervo Pepca/Ufopa

Figura 31 - As pesquisadoras no caminhão da castanha. Da esquerda para direita: Seu Félix, Ana Paula e Railana.



Fonte: Acervo Pepca/Ufopa

Alguns atravessadores vão direto até o castanhal para comprar o produto, como relatou um morador:

Por exemplo, tem os compradores que compram, aí a gente vende, ele vai buscar lá no mato, chega aqui mede a quantidade, paga. Mas é o, a gente chama de atravessador. Ele que compra, vai buscar lá, traz, mede e paga a gente o tanto que ele traz. Tem uns que tem burro próprio. Tem uns que o dono mesmo traz, é dele mesmo. Tem uns não, que é obrigado a vender lá no mato mesmo que não tem o animal pra trazer.

O resultado da extração já costuma estar encomendado no início da safra, pelos atravessadores, que atuam como no sistema de aviamento, conforme explicação de um extrativista: “O atravessador adianta o dinheiro, por exemplo, que nem pessoas que pegaram no valor de cem reais em dezembro. O atravessador deu mil reais para um pessoa, por exemplo, tem que dar 10 barricas para ele no valor de cem reais”.

A venda da castanha não encontra empecilhos, em vista de sua valorização elevada: “Agora castanha não dá nem tempo para vender. O cara chega: me dá tantas medidas, o cara chega lá só faz entrar, pegar” □ comemorava o castanheiro, durante o período em que estive em campo, no qual o produto alcançou preços considerados muito bons. De fato, o preço na safra de 2017 foi uma surpresa para todos, como frisou: “Nunca tinha chegado nesse preço que tá agora, que tá R\$560,00 parece. Mas o máximo que já chegou aqui foi R\$200,00”.

Os ganhos com a venda de castanha, contudo, são incertos. A oscilação do preço do produto

torna a renda dos extrativista imprevisível. “Não tem, não, uma base de quanto eu ganho aqui” □ respondeu ele, quando questionado sobre sua renda mensal. Alagoas confirma as dificuldades de calcular a renda mensal:

A renda é imprevisível. Você nunca tem um total definido. Porque funciona assim: tem ano que a castanha dá muito, naquele ano que dá muito, o preço cai. No ano que dá pouca castanha, o preço eleva. Agora por exemplo, o hectolitro está pela faixa de uns 500 reais. Então você calcula durante o período da castanha uns 1000 a 3000 reais, por safra.

Para os “donos” das maiores áreas de castanhais, é possível lucrar por todo o período da safra, muito embora em alguns castanhais ela se encerre rápido: “Dois meses, foi pouco tempo, mas foi no meu caso. Os demais vão se alongar mais porque têm mais [castanhais]”, explica um morador. Para aqueles que recorrem ao castanhal de avanço, o período de extração é menor, alcançando no máximo dois meses.

4.3.2 *Culinária com derivados da castanha*

O modo de vida tradicional relacionado ao extrativismo da castanha-do-brasil propiciou às mulheres de Repartimento dos Pilões um maior contato com a semente da castanheira e as variadas formas de utilizá-la para fins artesanais, medicinais e alimentícios. É possível encontrar variadas receitas que se utilizam da castanha como matéria prima de leites e óleos. Entre elas, podemos citar os biscoitos de leite de castanha e os biscoitos da massa da castanha.

Uma moradora, por exemplo, afirma ter preferência pelo leite da castanha ao leite animal ou ao leite em pó, industrial, comprado nos mercados. Segundo ela, o gosto do leite de castanha não é tão doce se comparado ao leite animal, mas ele precisa ser tomado fresco ou congelado para que não fique amargo: “É, tem que tomar fresquinho. Ou então colocar pra congelar, que aí não amarga não. Tem que ser essa coisa com ela. Porque se deixar muitas horas ela amarga”. A depoente usa o leite da castanha principalmente para o preparo de doces ou mingau, e diz que apesar de o leite não ser necessariamente doce, seu gosto é bastante satisfatório: “Não, ele não é doce. Ele tem aquele docinho, só. Mas ele é muito gostoso. É bom demais. Eu ia até fazer um mingau de arroz”.

Já outra moradora relata com mais detalhes como o leite é tirado da castanha:

Descasca e bate no liquidificador com água, deixa ele bem grosso. É igual açai, quase o mesmo processo do açai. O açai tu faz com água e a castanha também. Tem que ter o cuidado para não ficar fininho. Tem que saber o ponto. Por exemplo, se eu for preparar para eu tomar, eu vou querer ele mais grosso. Para colocar ele no alimento, na comida, preparar um alimento com leite de castanha. Aí eu tenho que ver como que eu quero. Ela diz já ter feito receitas trocando o leite comum (animal) pelo leite da castanha, em sorvetes, bolos e outras sobremesas. Quando o leite da castanha tem uma espessura mais grossa, ele é chamado de “pubado”, e é acompanhado com farinha de mandioca, da mesma forma que o açai.

Quanto ao óleo, em Repartimento dos Pilões ele é usado especialmente para a fritura. Uma senhora mostra como se tira o óleo da castanha:

O óleo a gente faz o mesmo. Ralar, tirar o leite e deixa. Bota dentro de um balde. O tanto que a gente vai tirar. Aí tira tudo, deixa no balde lá, por exemplo, hoje. Aí amanhã tu tens aquela nata por cima. Aí tu só pega uma vasilha e tira tudinho por cima. E vai botando dentro da outra vasilha. Só aquela nata, aí tu põe no fogo. Vai fervendo, fervendo. De vez em quando a gente vê escorrendo dentro de uma vasilha. Fica já o óleo. Aí quando termina e já tá mesmo só a massa, que já não tem nada pra ferver mais, aí tu pega e bota ele pra apurar. Bota no fogo de novo, né, só o que tu já escorreu. Aí ele vai, ferve, ferve. Quando já tá apurado ele não borbulha mais. Aí já tá feito o óleo.

Em abril de 2017, a líder local já idealizava usar os doces feitos pelas mulheres de Repartimento dos Pilões em vendas na cidade de Monte Dourado e Almeirim, além de outros eventos. Havia planos também para o uso dessas guloseimas na merenda da Escola Monteiro Lobato, desde que houvesse alguma resposta da prefeitura local. Atualmente, os biscoitos produzidos pelas mulheres da comunidade já circulam no comércio da região em embalagens que carregam a representação gráfica da maior fonte de renda dos moradores de Repartimento dos Pilões, que no caso é a castanheira, juntamente com o mais novo lema: “Castanhais para sempre”, com apoio da associação comunitária e do Fundo Dema.

Uma moradora ressalta que tudo da castanha é possível de aproveitamento, exceto a casca. Até o ouriço da castanha pode ser usado, segundo ela. O “bagaço” da castanha também é usado para o preparo de cocadas e outros doces.

4.3.3 Agricultura

Muitos dos moradores de Repartimento de Pilões que trabalham extraindo a castanha também precisam dedicar-se à agricultura. Em especial aqueles que extraem no castanhal de avanço. Com o fim da safra da castanha, mantêm-se o cuidado e o vínculo com o castanhal. Contudo, o retorno financeiro é interrompido. Os extrativistas, então, tornam-se

agricultores.

Figura 32- Filho de Dinho na roça da família



Fonte: Acervo Malenna Farias

Os cultivares em Repartimento não são os mesmos para todos os moradores. Mesmo assim, é possível listar os itens presentes no calendário produtivo da comunidade, principalmente com a ajuda de um morador que se dedica especialmente a essa atividade: açaí, cacau, banana, mamão, mandioca e macaxeira, milho e feijão. A maior parte dos cultivos é destinada ao consumo doméstico, mas uma fração deles é comercializada.

Quadro 1 – Calendário produtivo

Cultivares	Início	
	Plantio	Colheita
Açaí	Outubro, novembro	Após 3 anos
Acerola	Outubro, novembro	Após 3 anos
Amora	Outubro, novembro	Após 2 anos
Banana	Outubro, novembro	Junho, julho
Batata-doce	Outubro, novembro	Abril, maio
Cacau	Outubro, novembro	Após 2 ou 3 anos
Camu-camu	Outubro, novembro	Após 3 anos
Cará	Outubro, novembro	Abril, maio
Coco	Outubro, novembro	Não sabe
Feijão	Abafado – chuva Abril, maio	Julho
Goiaba	Outubro, novembro	Após 2 anos

Jerimum	Abril	Julho
Laranja	Outubro, novembro	Após 5 anos
Limão	Outubro, novembro	Após 3 anos
Macaxeira	Outubro, novembro	Abril, maio
Manga	Outubro, novembro	Após 5 anos
Milho	Outubro, novembro	Janeiro, fevereiro
Pupunha	Outubro, novembro	Após 3 anos, abril
Uxi	Outubro, novembro	Não sabe

Fonte: Juliana Bentes/ Entrevistas

Chama atenção o crescente cultivo de cacau, também, na comunidade. Em Repartimento de Pilões existem dois tipos de cacau: o nativo e o cultivado. O nativo já era manejado pelos moradores, e uma delas diz que sua mãe já trabalhava com esse tipo, tanto para comercializar, quanto para produzir alimentos de consumo doméstico. O outro tipo de cacau, entretanto, tem exigido aprender novas técnicas.

Eu ajudei a plantar também. Esse aqui tá com 6 anos que eu fiz o plantio. Eu plantei a primeira vez foi em 2011. [...] plantei 5 mil pés, hoje devo ter uns 3 mil, porque morre muito. [...] eu só cuido de uma parte. Essa parte que eu tiro [...], leva, coloca no saco pra escorrer tudinho. Dois dias, três dias escorrendo o líquido que sai do cacau. Aí depois espalha no plástico para secar.

O cuidado com o cacau cultivado inclui a poda, duas vezes ao ano. Assim, além das receitas com a castanha, ela investe em novas receitas com cacau para a produção de chocolate natural, porém, ainda não testado com o leite da castanha.

Figura SEQ Figura \# ARABIC 33 - Preparo do chocolate com cacau da sua



dos Pilões, embora não seja sua fonte principal de proteína. Além de respeitar diversos aspectos culturais, a caça é uma opção usual de colocar proteína animal no cardápio das famílias locais, tendo em vista que o supermercado mais próximo, onde se encontra carne vermelha, fica em Monte Dourado, a cerca de três horas de viagem.

Em relação à atividade da caça, pode-se dizer que seus principais executores são os homens, e que eles o fazem durante o período do verão, pois o fazem nos castanhais. Geralmente, as presas mais visadas por eles são: tatu, paca, veado, caititu, os quais se comem

assados ou cozidos.

Há três tipos diferentes de caçadas, sendo que algumas podem ser realizadas durante o dia e outras exigem uma preparação prévia do local, com o corte do matagal e produção de caminhos, os chamados ramais. Amiúde, é nos ramais que são feitas as “lanternagens”, que é quando o caçador sai à procura da presa durante a noite. Isso porque a maioria desses animais têm hábitos noturnos. Pela parte da manhã ou da tarde, o método de caçada mais usado é o de espera, também chamado de “passarinagem”, porque normalmente se destina à captura de pássaros, que têm hábitos diurnos. A caça “de espera” exige que o caçador atraia sua presa com alimentos, em geral frutas, chamado também de “cumidia”.

A cumidia é basicamente um ponto onde os animais são atraídos por alimentos e pegos em momentos de distração. Correspondem geralmente a uma fruteira, ou a um local onde o caçador acumula frutos propositalmente a fim de pegar a presa divagada ao comer. “Cumidia é, por exemplo, bom, um pé de piquiá, pé de uxi. É o cumidia de uma caça. Cada fruta que ela vai, a gente chama como cumidia. ‘Ah, eu achei uma cumidia em tal canto, vou esperar lá hoje’”, explica um caçador. Logo, quando se descobre um “cumidia”, pode-se dizer que é um lugar em potencial para esperar pela caça.

Assim como a caça, a pesca também é usada como forma de obter complemento alimentar, mas realizada com bem menos frequência que a primeira. Segundo os moradores mais experientes, os peixes atualmente encontrados nos igarapés são muito pequenos e escassos, e não vale a pena pescá-los.

Uma das maiores reclamações entre os moradores, no que diz respeito a esses dois hábitos, está na significativa diminuição dos animais nos rios e nas matas. Eles acreditam que esse fenômeno tem íntima relação com a expansão da monocultura de eucalipto da Jari. Segundo os *coletivos*, a Jari, para proteger a plantação de eucalipto de pragas e insetos, dispensa nas cabeceiras dos igarapés uma quantidade considerável de agrotóxico, que envenena os peixes, fazendo-os sumir da região. Além disso, os eucaliptos, como necessitam de bastante água, a drenam dos igarapés, fazendo-os secar rapidamente e causando a desertificação dos solos.

Os moradores mais antigos apontam com tristeza para os igarapés que já secaram desde a implantação da Jari em Almeirim. A diminuição da variedade de caça, para eles, não se deve só ao desmatamento que expulsa os animais de seus *habitat*, mas ao fato de que a monocultura do eucalipto não atende às necessidades básicas dos animais: ela destrói as árvores frutíferas necessárias para a alimentação e reprodução dos bichos e gera desequilíbrio ecológico. Alguns afirmam que, após a expansão dos eucaliptos, onças e outros predadores passaram a ser vistas com mais frequência nos

arredores da comunidade, à procura de alimento. Contam que, usualmente, comem cabeças de gado dos comunitários, além de galinhas e cachorros.

5 O TERRITÓRIO DISPUTADO POR *INDIVIDUAIS* E *COLETIVOS*: CONFLITOS, DIFERENCIAÇÕES E ESPAÇOS

Para entender a disputa territorial entre *individuais* e *coletivos* é imprescindível colocar os espaços físicos sempre em relação com os fenômenos sociais, pois estes são a fonte e a expressão das diferenças entre os grupos. Logo, é no âmbito das relações sociais encenadas nos espaços de Repartimento dos Pilões que se constroem os marcadores da alteridade. O território disputado, então, reflete as diferenciações entre os grupos.

Não é à toa que a comunidade, desde o início do conflito, passou a ser percebida como duas, muitas vezes, sendo referida como comunidades distintas. Em suma, o conflito transforma espaços à medida que as relações de oposição são internalizadas pelos sujeitos, permitindo que os dois grupos se mantenham separados espacialmente. Assim, enquanto a vila principal, descrita no capítulo anterior, ficou identificada como um território dos *coletivos*, os *individuais*, na maioria moradores do Ramal do Cacoal, criaram outra vila, outro campo de futebol, outros espaços de uso coletivo ao longo do ramal. Em 2019, recebi notícias de que teriam tentado desmembrar-se oficialmente de Repartimento, junto à Prefeitura □ que por motivos não explicados a mim, teria negado o pleito.

A própria história do lugar passou a ser contada de modos diferentes, por *individuais* e por *coletivos*, motivo pelo qual não foi consumada a publicação aventada no primeiro ano do projeto de iniciação do qual participei, como informado na introdução deste trabalho. Os grupos em oposição dedicam-se a uma constante fabricação da diferença, e, em função disso, o passado é continuamente por eles revisado. Assim, a história produzida da comunidade tem poucos pontos de contato nas narrativas de *individuais* e *coletivos*. Contudo, pelo fato de os moradores mais antigos aderirem majoritariamente a esse último grupo, pode-se dizer que os *coletivos* acabam por ter maior domínio das narrativas do passado mais distante.

Um dos moradores mais antigos é natural do estado do Espírito Santo, que chegou a Repartimento de Pilões em 1960, com 11 anos de idade, acompanhando seu pai, que trabalhava como extrativista da castanha para o grupo de portugueses, então donos do latifúndio do Jari. Naquela época, segundo ele, não havia casas: “Era como um retiro”. Os extrativistas se deslocavam para lá no período das chuvas e, ao fim da safra, retornavam para suas moradias, em outras áreas.

A gente trabalhava com os portugueses com serviços para roçar capinzal, plantio de mandioca, tropeando animais, era o serviço que nós fazíamos. Quando não trabalhávamos com eles, a gente só plantava mandioca, arroz, feijão para eles comprarem [...]. No verão, as pessoas batiam capinzal e iam embora; no inverno vinham os castanheiros.

A ex-esposa desse senhor teve trajetória semelhante, chegando pela primeira vez ao Repartimento em 1969, com 13 anos de idade, em companhia do pai, que era extrativista. Embora a família morasse no Paraguai, “comunidade próxima ao Marajó”, ele passou três anos se deslocando para trabalhar nos castanhais do Jari até que decidiu mudar-se para lá, em 1971. Ela conta que mal havia estrada no ramal, cercado pelas castanheiras: “Era tudo caminho de burro. Porque nesse tempo vinha gente de fora tirar castanha aqui. Quando terminava a castanha, retornava. Aí quando era no outro ano que vinha. Agora não. Agora os moradores foram chegando e agora é assim, a comunidade mesmo é aqui”.

Outro morador começou a trabalhar nos castanhais da região no mesmo ano que sua irmã conheceu Repartimento, em 1969. Os castanhais, segundo ele, eram numerosos: “Tinha do Braço, tinha do Bandeira, só de lá para cá. E tinha o Centro Novo, onde eu tirei [castanha] o primeiro ano, que eu separei, quando eu comecei a trabalhar, de sessenta e nove, parece [...] tempo dos portugueses”. Esses e outros relatos, tão semelhantes em sua essência, coincidem em apontar a extração da castanha como um marco na criação da comunidade de Repartimento de Pilões, uma espécie de marco civilizatório. Os relatos também indicam que, das 43 famílias residentes na comunidade, tanto de *coletivos* quanto de *individuais*, todas *chegaram à comunidade* em algum momento, isto é, são migrantes. Porém, 26 delas são reconhecidas como as mais antigas, que já transitavam no lugar e aí construíram suas moradas antes mesmo da comunidade existir enquanto tal. Na prática, essas famílias mantêm relações de parentesco, compadrio e proximidade, em maior escala que o que se verifica entre as outras 17 famílias residentes na comunidade, das quais se diz que teriam chegado mais recentemente ao Repartimento. Assim, embora não haja correspondência obrigatória entre o tempo de residência e a opção de adesão a um dos grupos em disputa, os mais antigos tendem a se alinhar aos *coletivos*, e os mais novos moradores aos *individuais*.

Como já afirmei, a fabricação da diferença é um processo constante, que não se limita à organização do espaço nem à narrativa do tempo. Ele também age no corpo, estende-se às formas de obtenção e uso dos recursos naturais, perfazendo discursos que validam ou invalidam os sujeitos rivais: “a água que eles bebem é suja, cheia de doenças”; “a roça deles é feia, por isso eles não ganharam o título”; “a festa deles é bagunçada, por isso nos separamos”.

O esforço de distinção aumenta quando diz respeito às benfeitorias implantadas pela Fundação Jari, no âmbito de seus projetos sociais. Se doações da Jari estão em jogo, acionam-se os marcadores de diferenças. Os *coletivos*, em aberto conflito com o Grupo Jari, se recusam a aceitar qualquer “favor” ofertado pela empresa, pelo menos, não coletivamente. Os *individuais*, logo, são os mais beneficiados. Não são raras as vezes que a Jari fez algum aterramento para as famílias *individuais*, fez doações de animais e plantas, ou abriu alguma estrada. Nesse caso, ora pois, é de se observar que até as formas de se relacionar com o grupo empresarial estão em jogo na fabricação do “ser coletivo” e “ser individual”.

O caso da caixa d’água é emblemático e esclarece o sentido da acusação de que “a água que eles bebem é suja, cheia de doenças”, feita pelos *coletivos* a respeito dos *individuais*. Só estes últimos, alinhados à Jari em diversas ocasiões, recebem água distribuída a partir da caixa instalada pela empresa. Para os coletivos, essa água é de proveniência duvidosa, de modo que negaram que o sistema de abastecimento de água fosse implantado em suas moradias: “Essa caixa d’água que tem, que é azul, é da empresa e só abastece as casas das pessoas que estão do lado da empresa. Essa água não presta, ela vem da área que solta veneno. A água vem cheia de barro, é toda suja” □ explicita um *coletivo*. Em outras palavras, a água é ruim, primeiro, por ser obra da empresa; segundo por ser suja, envenenada. Logo, ao ser consumida corriqueiramente pelos *individuais*, impõem a seus corpos as características que detém.

Por outro lado, os *individuais* apontam que os *coletivos* não têm cuidado com os plantios, plantando de “qualquer jeito”, e que, por esse motivo, não querem títulos individuais dos terrenos onde vivem. Enfim, a vila que por nome “Repartimento dos Pilões” é ironicamente um “repartimento” de diferenciações. Se o próprio nome já sugere divisões, então imagine os espaços, os modos de vida e produção, a religiosidade, as redes de alianças e parentesco.

Como exposto no início deste trabalho, as autoidentificações sugerem, à primeira vista, as modalidades de regularização fundiária defendidas pelos dois grupos. No entanto, tal explicação é preguiçosa, superficial. O conflito entre os grupos é de natureza fundiária, também. Mas além disso, é de natureza política e identitária. São dois grupos de sujeitos com vontades políticas diferenciadas, com cosmologias próprias, passíveis de se perceber nas atitudes, no plantio, na coleta, nas construções, na religião, na vila...

Então, primeiramente, o que quero inferir é que as disputas ensejadas em Repartimento dos Pilões estão além da associação imediata aos regimes de regularização fundiária, na medida em que os dados etnográficos apontam diferenciações de cunho

identitário. Os termos “individual” e “coletivo” referem-se não só à qual representação de território é adequada à vivência conjunta, mas sim à disputa por outros recursos simbólicos e materiais. Logo, o território de Repartimento dos Pilões é o lugar de encontro com o “outro”, onde as diferenças, e conseqüentemente, identidades são construídas. com isso, chego à segunda colocação: a expressão das identidades, nesse sentido, mobiliza vetores de forças, vontades de poder (FOUCAULT, 1974).

Não se trata, entretanto, apenas do fato de que identidades são disputadas entre grupos sociais assimetricamente situados em relação ao poder. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com as relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes (SILVA, 2000, p. 80).

Tomando as diferenciações como o processo pelo qual as diferenças e identidades são fabricadas, podemos induzir que nelas estão contidas relações de poder: poder de incluir/excluir (pertencer/não pertencer, “pessoas de dentro”/“pessoas de fora”); classificar (puros/impuros; organizados/desorganizados) e por último, à fixação. Ou seja, normalização de uma identidade (normal/anormal). A afirmação de uma identidade e a marcação da diferença, implicam sempre em operações de inclusão e exclusão, dizer “o que somos” é também dizer “o que não somos”. Afirmar identidade é demarcar fronteiras, é definir o que está contido e não contido, apontam as distinções do que fica dentro e do que fica fora, e supõem e reafirmam as relações de poder contidas durante a diferenciação.

Contudo, embora a identidade tende a fixação, este processo oscila entre o processo que tende a fixá-la e estabilizá-la e o processo que tende a subvertê-la e desestabilizá-la, tornando-a cada vez mais complicada. Por isso, a identidade e a diferença têm que ser representadas, pois somente a partir da representação estes adquirem sentido: “é também por meio da representação que a identidade e a diferença se ligam ao sistema de poder. Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar identidade. É por isso que a representação ocupa um lugar tão central na teorização contemporânea sobre a identidade e nos movimentos sociais ligados à identidade” (WOODWARD, 2000, p. 91).

Como aponta Silva (2000, p. 80), a identidade está sempre ligada à uma separação entre “nós” e “eles”, de modo que tais pronomes são evidentes indicadores de posições- de-sujeito fortemente marcados por relações de poder, sinalizando classificações. O processo de classificação é central na vida social, pois se trata de uma série de atos de significação por meio dos quais dividimos e ordenamos o mundo social. A diferença e a identidade, em vista disso, estão estreitamente relacionadas às formas pelas quais a

sociedade produz e utiliza as classificações em atos de poder. As classes não são apenas formas de conhecer, nomear e compreender a realidade, mas são, sobretudo, formas de hierarquizá-la, atribuindo valores diferentes elementos classificados.

A mais importante forma de classificação é aquela que se estrutura em torno de oposições binárias, isto é, em torno de duas classes polarizadas. O filósofo francês Jacques Derrida (1991) analisou detalhadamente esse processo. Para ele, as oposições binárias não expressam uma simples divisão do mundo em duas classes simétricas: em uma oposição binária, um dos termos é sempre privilegiado, recebendo um valor positivo, enquanto o outro recebe uma carga negativa. “Nós” e “eles”, por exemplo, constitui uma típica oposição binária: não é preciso dizer qual termo é, aqui, privilegiado. (SILVA, 2000, p 80-81).

Afirmar-se “individual” ou “coletivo” é, além de tudo, atribuir valores □ positivos ou negativos □ ao próprio grupo e ao grupo rival. A expressão dessa atribuição de valores pode ser elencada em variados momentos da pesquisa etnográfica, por exemplo, quando um dos *individuais* se refere aos *coletivos*:

Bom, tem horas que eles atacam a gente. A situação aqui é o seguinte, eles chamam a gente de “gente de fora”. Faz uns 10 anos que umas pessoas chegaram para cá. Bom, mas eu não quero julgar ninguém, mas parece que, se você reparar bem, os mais antigos daqui nenhum têm um sítio bonito. Tem pessoas que chegaram recentemente e têm mais coisas plantadas do que pessoas que vivem aqui há mais de 40 anos e daí quando eles viram que a gente começou a trabalhar eles ficaram meio hostis.

O depoimento enuncia várias atribuições de valores morais e estéticos: “Os mais antigos daqui nenhum têm um sítio bonito”. Na prática, essa estética/utilidade da roça viria a ser encarada pelos *individuais* como um dos motivos pelos quais o Iterpa teria dado somente a eles um Certificado de Ocupação Legítima e negado esse documento aos *coletivos*.

Nos próximos tópicos, procuro inferir quais valores estão em jogo na disputa entre os *individuais* e *coletivos*, e quais são as formas de poder/vontades de poder implícitas nos processos de afirmação de suas identidades. Em outras palavras, questiono: onde o poder é exercido simbolicamente, nos termos de Bourdieu (1976), nas dinâmicas sociais dos sujeitos em disputa, e quais são as estratégias usadas pelos grupos para a normalização de um modo de vida?

5.1 Os projetos em disputa

“Tudo isso começou em 2014” □ é a resposta unânime de *coletivos* e *individuais*

quando questionados sobre o início da contenda que divide Repartimentos dos Pilões. O marco da cisão, ambos os grupos reconhecem, foi uma visita do Iterpa à comunidade, quando diferentes expectativas de direitos sobre a terra emergiram na discussão do Cadastro Ambiental Rural,¹¹ levando-os a reforçarem identidades contrastantes. Até então, segundo dizem, não havia memória de conflito por terra na comunidade.

Ocorre que a visita do Iterpa ao Repartimento fora motivada por um pleito dos *individuais*, que, frise-se, reconhecem a Jari como proprietária legítima das terras disputadas na comunidade, indo de encontro às expectativas de direito dos *coletivos*, que se reconhecem como verdadeiros proprietários do território em questão. Assim, a chegada da equipe do Iterpa à comunidade, acirrando a divergência entre perspectivas e expectativas de direitos por partes dos moradores, sugeriu uma conexão do órgão de Estado com um dos grupos em disputa.

Com efeito, uma das representantes mais ativas dos individuais, vinha, desde 2013, solicitando à Fundação Jari ajuda na obtenção do título definitivo do seu terreno, pois queria garantir certos direitos: aposentadoria, salário-maternidade e empréstimos bancários. Prontamente, o gerente se disponibilizou para contatar o órgão de regularização estatal. “Nessa época, não havia conflito” □ reconhece ela. No entanto, quando os funcionários do Iterpa finalmente foram realizar a avaliação técnica na comunidade, as famílias mais antigas optaram pelo Cadastro Ambiental Rural Coletivo, reivindicando a regularização de um território coletivo de 60 mil hectares.

O CAR Coletivo foi peremptoriamente negado pelo Iterpa, enquanto os CAR individuais foram aprovados, e o órgão reconheceu a posse de 100 hectares de terra para cada pequeno agricultor *individual*, por meio do Certificado de Ocupação Legítima. Muitos moradores agraciados com tal documento passaram a entender que a propriedade da terra já estaria garantida, graças ao apoio da Fundação Jari e apesar dos esforços em contrário atribuídos aos *coletivos*.

Já entre esses últimos, a negação do CAR Coletivo pelo Iterpa foi entendida como fruto da reivindicação de propriedade, feita judicialmente pelo Grupo Jari, de toda a área usada pela comunidade, incluindo os castanhais de onde os extrativistas tiram sua renda. Ademais, a postura do Iterpa foi identificada como conivência com o grupo empresarial, que teria acionado o próprio órgão e acenado para os *individuais* que não faria nenhuma objeção à inclusão deles no CAR Individual, muito embora reivindicasse a propriedade de todo o latifúndio que compreende Repartimento dos Pilões.

¹¹ O Cadastro Ambiental Rural Individual faz parte da política de distribuição de terras devolutas do Estado, através da regularização territorial. O órgão responsável pela regularização é o ITERPA

Diante dos acontecimentos, os *coletivos* acreditaram que, com apoio dos *individuais*, a Jari tinha pretensão de expulsá-los da área, ou pelo menos impedir seu acesso aos castanhais. Passaram, então, a defender um modelo de regularização fundiária que respeitasse e fosse condizente com seu modo de vida, baseado no extrativismo. Propuseram, assim, a criação de uma Reserva Extrativista.

Já os *individuais* entenderam que a criação da Resex os impediria de permanecerem no território da comunidade, pois não são extrativistas, pelo menos na maioria. Ficaram receosos, entendendo que a legislação ambiental, no melhor dos casos, permitiria que permanecessem na área, mas com possibilidades de agência limitada, ainda mais porque dependeriam da aprovação da associação representativa dos *coletivos* para que continuassem exercendo suas atividades produtivas.

Ao mesmo tempo, passaram a sustentar, contra o pleito dos *coletivos*, que a empresa também não tomaria nenhuma atitude de restringir a eles o uso das terras que ocupam e dos castanhais. Primeiro, porque foi a própria empresa que tratou de procurar o órgão regularizador para a distribuição dos lotes de terra; logo, não haveria motivo para acreditar na sua disposição de expulsá-los das áreas em que vivem. Segundo, porque, apesar de ser a “dona legítima” da terra □ “está no papel, até os castanhais são dela” □, a Jari apoia projetos de manejo florestal e não impediria o uso dos castanhais, mesmo sem incluí-los nos lotes.

Descrentes das boas intenções da empresa, os *coletivos* defendem que o modelo da Resex seria uma proteção, inclusive para os *individuais*:

A gente sabe que eles não sabem direito como funciona a Resex, nós sabemos que as maiorias ali só estão sendo manipulados pela empresa e que realmente acreditam que vai ser algo ruim, mas os cabeças disso, eles sabem que não funciona assim. Eles só ficam ganhando da empresa para influenciarem os outros a comprar essa ideia deles. Eles moram de favor da empresa, etc. Quando o [funcionário do ICMBio] veio, ele explicou direitinho, disse que poderiam viver tranquilamente dentro da reserva, disse que seria fácil desde que cumprissem as regras. Eles perguntaram quais seriam essas regras, achavam que não iam poder fazer roça, etc. Foi quando ele disse que a Resex não seria feita para mudar o modo de vida deles, e sim conservá-lo. A gente só vai avaliar o que precisa ser melhorado; ele foi explicando passo-a-passo, até eu me surpreendi. Os direitos que viriam seriam para toda a comunidade e eles acabariam recebendo isso indiretamente como computadores, melhorias na escola, educação, etc. mas os projetos que são diretamente para as famílias, somente as que participam do projeto seriam contempladas.

Por outro lado, os *individuais* denunciam que a reivindicação de um território coletivo de 60 mil hectares é completamente desmedida, minimizando a necessidade de tantas áreas de floresta para uso dos *coletivos*. Para sustentar seu argumento, os *individuais* minimizam diferenças entre os modos de vida de um e outro grupo, caracterizando seus

opositores como pequenos agricultores. Ainda, recorrem à legislação¹² que regula os assentamentos: “Tá na lei, não foi a Jari que escreveu a lei não, foi o governo, pequeno agricultor não pode ter mais de 100 hectares de terra”.

Os *coletivos*, por sua vez, retrucam, desqualificando o comportamento dos *individuais*:

As pessoas que chegaram recentemente tiraram a castanha para plantar capim. E hoje, eles sempre falam que a castanheira não vale nada, não vale mais que um bananal, que um capinzal, que um plantio, mas para gente vale, e é aí que a gente discorda. Eles não querem se adequar aos nossos costumes, às nossas rotinas. Quando chega então a questão da regularização, eles ficam contra, porque eles sabem que com a regularização eles não vão poder continuar fazendo todas as coisas ilegais que eles vêm fazendo. Porque vai ter gente para fiscalizar, para colocar eles na linha.

Enfim, a partir dos acontecimentos ora narrados, o conflito se instalou de forma aberta na comunidade, opondo não só os *coletivos* aos *individuais*, mas também a ASMIPPS ao Grupo Jari. As disputas tornaram-se tão intensas que, em dado momento, a associação passou a proibir a entrada de qualquer funcionário da empresa na comunidade, até de técnicos agrônomos. Além disso, passou a vetar qualquer “ajuda” da empresa. Obviamente, os moradores que mais se sentiam contemplados pela assistências do grupo empresarial, nesse caso os *individuais*, passaram a questionar tais proibições, recusando-se a aceitá-las.

Uma série de fatos que se seguiram marcam o processo de construção da diferença, que intercepta questões jurídicas, econômicas, culturais, identitárias. Tentemos, pois, compreender os pontos de vista dos dois grupos em oposição.

¹² Muitas vezes, elementos jurídicos são acionados por um grupo para justificar e apoiar, ou condenar e desqualificar, reivindicações e ações de outro grupo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apontar diferenciações dentro de ou entre grupos é apontar uma dinâmica das relações de poder que os atravessam (FOUCAULT, 1974). O poder não advém necessariamente de uma força maior, que domina e coage, que institui dominantes e dominados, ou sujeitos e objetos do poder. O poder é aqui, não uma “coisa” ou instrumento de dominação, mas um conjunto de relações, como explica Albuquerque (1995, p.109):

O poder é um conjunto de relações; em vez de derivar de uma superioridade, o poder produz a assimetria; em vez de se exercer de forma intermitente, ele se exerce permanentemente; em vez de agir de cima para baixo, submetendo, ele se irradia de baixo para cima, sustentando as instâncias de autoridade; em vez de esmagar e confiscar, ele incentiva e faz produzir.

No que diz respeito aos *individuais* e *coletivos*, não há exatamente um grupo que exerça poder sobre o outro. Porém, enquanto afirmam posições contrastantes em suas lutas, incluindo e excluindo, valorizando e desvalorizando, classificando e hierarquizando uns aos outros, procuram normalizar identidades. Como sustenta Silva (2000), a normalização é o último passo e o mais privilegiado modo de hierarquização de uma identidade. Normalizar uma identidade é necessariamente atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa.

As motivações que levam à manutenção do conflito interno, portanto, têm relação ao fato de nenhum grupo aceitar ceder passivamente à concepção de território e à expectativa de direito que são tidas como “normas” do grupo rival. Fazer isso seria conferir poder ao opositor. Assim, as identidades *coletivos* e *individuais* são construídas de modo combinado à adoção de posições e estratégias na disputa por terras, que é também uma disputa pelo direito de manter certos modos de vida.

Em relação aos direitos de uns e outros, aliás, deve-se enfatizar que as comunidades locais têm um entendimento precário e limitado dos direitos a que fazem jus, bem como dos instrumentos existentes e adequados para a defesa deles. Soma-se a isso o fato de que os conflitos enfocados em Repartimento dos Pilões, presentes no Vale do Jari como um todo, conduzem a litígios entre atores em posições muito assimétricas no que tange ao poder e à capacidade de intervir no campo jurídico (BOURDIEU, 1989).

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. **Michel Foucault e a teoria do poder**. Tempo Social. Rev. Social. USP, São Paulo, 1995
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.
- ARAMBURU, Mikel. **Aviamento, modernidade e pós-modernidade na Amazônia. Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 25, ano 9, 1994.
- BENATTI, José Heder. Unidades de conservação e as populações tradicionais: Uma análise jurídica da realidade brasileira. **Revista Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 2. nº 2, 1999.
- _____. Posse Coletiva da Terra: estudo sobre o apossamento de quilombolas e ribeirinhos na Amazônia. **Revista do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal**, v. 1, n. 3 set./dez., 1997.
- _____. Propriedade comum na Amazônia: acesso e uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais. In: SAUER, Sérgio; ALMEIDA, Wellington (Orgs.). **Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CAMARGO, Maria Luiza. **O latifúndio do Projeto Jari e propriedade da terra na Amazônia brasileira**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. 3ª ed. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2008.
- COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a Luta: Sociabilidade, Falas e Rituais na Construção de Organizações Camponesas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política (Coleção Antropologia da Política, 5). 154 pp. 1999.
- CUNHA, Anna Lúcia Santos da; CALAF, Priscila Pinto. “Todo mundo tem um pouquinho de voyeur”: Reflexões sobre o campo em um cinema pornô. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, São Carlos, v. 19, n. 1, 2010.
- FARIAS, Malenna Clíer. **“Sou coletivo”**: Aspectos Sobre Esta Noção Em Um Contexto De Disputa Na Comunidade Repartimento Dos Pilões, Almeirim-Pa. Santarém: Ufopa, 2018.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 13: p. 155- 161, 2005.
- FLEISCHER, Soraya. Hematomas, terçados e riscos. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, São Carlos, v. 19, n. 1, 2010.
- FOLHES, Ricardo & CAMARGO, Maria Luiza. Latifúndio, conflito e desenvolvimento no vale do Jari: do aviamento ao capitalismo verde. **Agrária**, São Paulo, nº. 18, 2013.
- FOUCAULT, Michel **Microfísica do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- IFT, IMAFLORA. **Diagnóstico Econômico Ecológico de Almeirim**. Belém: IFT; Imaflora, 2010.

- LÉVI-STRAUSS, Claude. “Como se faz um etnógrafo” in: **Tristes Trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996
- LINS, C. **Jari: 70 anos de história**. Almeirim: Dataforma; Prefeitura Municipal de Almeirim, 1991.
- LITTLE, Paul Eliot. Ecologia política como etnografia: Um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.
- MALINOWSKI, Bronislaw. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978 [1922].
- MAZON, Jean. **O Projeto Jari na Amazônia**. Documentário. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8SCB4N3_aPg. Acesso em: 25 nov. 2017.
- PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014
- PINTO, Lúcio F. **Jari: toda a verdade sobre o projeto de Ludwig**. São Paulo: Marco Zero, 1986. Acesso em: 9 set.2019
- ROSENBERG, Cynthia. “O desafio de salvar o Jari”. **Época Negócios**, Ed. Globo, Edição 4, 26jul.2007. Disponível em: <http://epocanegocios.globo.com/Revista/Epocanegocios/0,,EDG77547-8384-4,00- O+DESAFIO+DE+SALVAR+O+JARI.html>. Acesso em: 29 set.2019
- SAWYER, Donald. Unidades de conservação, uso sustentável e funções socioecossistêmicas na Amazônia e no Brasil. In: SAUER, Sérgio; ALMEIDA, Wellington (Orgs.). **Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.
- SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000 p. 73-102.
- WADT, L. H. O.; KAINER, K.A. Domesticação e melhoramento da castanheira. In: BORÉM, M. T. G. L.; CHARLES, R. C (Ed.) **Domesticação e melhoramento: espécies amazônicas**. Viçosa, 2009. p. 297-318.